



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

LAURA RODRIGUES DE SOUSA

ARTE COMO POSSIBILIDADE DE ENFRENTAMENTO ÀS
VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES.

BRASÍLIA

2016

LAURA RODRIGUES DE SOUSA

**ARTE COMO POSSIBILIDADE DE ENFRENTAMENTO ÀS
VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Camila Potyara
Pereira

BRASÍLIA

2016

Laura Rodrigues de Sousa

ARTE COMO POSSIBILIDADE DE ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS
CONTRA AS MULHERES.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social, da Universidade de Brasília – Unb, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dr^a Camila Potyara Pereira

Banca examinadora:

Profa. Dr^a Camila Potyara Pereira – Orientadora

Departamento de Serviço Social – Instituto de Ciência Humanas – IH/UnB

Profa. M^a. Marjorie Nogueira Chaves – Membro Interno

Departamento de Serviço Social – Instituto de Ciência Humanas – IH/UnB

Me. Eduardo Gomor dos Santos – Membro Externo

Departamento de Serviço Social – Instituto de Ciências Humanas – IH/UnB

Aprovado em ___/___/_____

À minha mãe, a primeira mulher artista
que eu conheci.

À minha irmã, por sempre segurar minha
mão desde que o mundo é mundo pra
mim.

Ao meu pai, que me ensinou a nunca me
conformar com o que não me faz feliz.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Universo e a todas e todos que fizeram parte do meu caminho anterior à entrada na Universidade de Brasília, minha família, minhas professoras e minha intuição.

À professora Camila, por acreditar na minha proposta e confiar no meu trabalho, me deixando livre o suficiente para que, mesmo nos moldes acadêmicos, eu pudesse expressar toda a paixão e anseio por liberdade que o tema tratado aqui me desperta.

A todas as professoras e professores que fizeram da minha graduação um divisor de águas na minha vida; para além da formação profissional, o Serviço Social me proporcionou conhecimentos que alimentaram meu crescimento enquanto pessoa.

Ao grupo de pesquisa DEMODÊ e a todas as amigas que fiz ao longo dos dois anos de participação. Com certeza o trabalho que realizei junto ao grupo contribuiu com a discussão que apresento nesse trabalho.

Ao PET Conexão de Saberes-Música do Oprimido e a todas as amigadas que lá construí. Obrigada pelos ensinamentos, pela construção coletiva, pelas reflexões, pelo trabalho em grupo, pela diversão, por manter viva em mim a crença de que qualquer arte salva.

Às minhas amigas, amigos e amores; da vida, do Serviço Social e de outros lugares. Gente, correria o risco de esquecer alguém se escrevesse todos os nomes aqui, então agradeço a cada uma e cada um de vocês que contribuem e contribuíram para minha evolução espiritual, para minha evolução pessoal e para meu trajeto dentro da Universidade em todos os momentos que vivi nesta etapa.

Por fim, agradeço à minha mãe, à minha irmã e ao meu pai. Por sempre acreditarem em mim e me apoiarem em qualquer decisão que eu tome. Obrigada pela dedicação, paciência e pelo constante estímulo de florescer aonde quer que eu esteja ou queira estar. Família não é sangue, família é sintonia. Eu não seria eu, se vocês não fossem vocês. Obrigada pelo amor, eu te amos.

“Selvática, ela come a selva de fora

ela vem da selva de dentro!

Selvática, ela pare a própria hora

ela bale em pensamento!

E no final ideal não terás domínio sobre mulher alguma!”

Karina Buhr. Selvática, 2015.

RESUMO

Este trabalho busca apresentar as possibilidades do uso da arte no enfrentamento às violências contra as mulheres e as desigualdades de gênero, entendendo também que estas são determinadas e adquirem contornos específicos a partir de sua associação com as desigualdades de classe e intersecção com as desigualdades de raça.

Pretende também fazer críticas ao movimento feminista e evidenciar a necessidade de que se retire da posição de referencial universal do que é “ser mulher” a experiência de feministas europeias e norte americanas, que condizem apenas a uma pequena parcela de mulheres, negando tantas outras possibilidades de vivência do “ser mulher” e das experiências de violência que as mulheres estão sujeitas ao longo de suas vidas.

Por fim, apresenta depoimentos de mulheres artistas que utilizam a arte em seu trabalho de enfrentamento às violências contra as mulheres, na luta feminista interseccional e em suas próprias (re)descobertas e (re)construções do que significa para elas mesmas, ser mulher.

Palavras-chave: Arte; Mulheres; Feminismos; Violências.

Sumário

Introdução.....	8
Justificativa.....	12
A pesquisa	13
Capítulo 1 – As Mulheres.....	16
1.1 Construções de Gênero – Contribuições Teóricas.....	16
1.2 Considerações parciais sobre o movimento feminista brasileiro.....	23
1.3 Gênero e Classe	26
1.4 Gênero e Raça.....	30
Capítulo 2 – As violências.....	33
Capítulo 3 – As Artes.....	41
3.1 O potencial político da arte na superação das violências	42
3.2 Mulheres e Artistas.....	49
Considerações Finais.....	55
Referências Bibliográficas	56
ANEXOS.....	61

Introdução

A proposta desta pesquisa e a abordagem que traz o **tema** arte e gênero busca apresentar a arte como possibilidade de enfrentamento às violências contra as mulheres e carrega em si a chance de apresentar uma alternativa para a execução de mudanças, em uma dimensão mais ampla, em um sistema econômico, político e social que tem como uma de suas bases sustentadoras a opressão.

As percepções das mulheres a partir da apreensão da realidade concreta e abstrata do ambiente e das relações sociais por meio da arte possibilitam a contemplação de novas possibilidades, a criação de novas realidades, ambientes e relações.

É a música periférica que denuncia e explicita a vida das mulheres negras marginalizadas, é o poema que expressa manifestos feministas, é a ilustração que se difunde por meio das redes sociais lembrando que tudo bem ser gorda, tudo bem ser negra, tudo bem ser travesti, tudo bem ser mulher. É a oficina de stencil para dizer ao mundo que não está tudo bem em ser estuprada, não está tudo bem em ser agredida, não está tudo bem em ser assassinada por serem mulheres. Juntando todas essas expressões da arte num verso, num cartaz, numa ilustração, numa performance, para fazer revolução.

Revolução porque questiona o que está posto e critica o hegemônico; a mulher que cria arte não só cria música ou imagem; a mulher que produz arte após destruir o que a sociedade padronizada fez com ela, se recria, mas dessa vez sem anexar à sua experiência enquanto mulher a condição de subalternidade e violência que as relações sociais da sociabilidade capitalista acorrenta a seus corpos e vivência de mulher por toda a vida.

Para aquelas que são mulheres cis¹ e mulheres trans*² nesta sociedade todo dia vivido e sobrevivido é corajoso. São incontáveis as situações de violência a que cada

¹ Para a análise mais aprofundada dessa perspectiva de gênero e para que não fiquem tantas lacunas no momento de análise das múltiplas expressões das violências contra mulheres e as possibilidades de expressão, produção e prática artística enquanto possibilidade de enfrentamento dessas violências, é pertinente reconhecer a importância do caráter político de usarmos o sufixo “cis” para identificar as mulheres que concordam com a designação de gênero (e não expectativa de gênero) que lhes foi

uma dessas mulheres são expostas ao longo de toda vida. Sobreviventes são todas elas. Desde o nascimento e a infância, quando são designadas à um gênero binário específico determinado pela morfologia de seus corpos, crianças são pouco a pouco, moldadas à um sistema patriarcal machista cissexista heteronormativo, que impõe determinada identidade de gênero e, dentre outras manifestações de opressão, determina:

Quem são as mulheres? Como elas devem ser?

Ser mulher nesta sociedade é ser violentada do início da vida até a morte, todos os dias. Ainda na infância, as cores de suas roupas, seus brinquedos, as expectativas sob elas colocadas, os valores ensinados, os questionamentos rechaçados, as expectativas de gênero, suas vontades, suas brincadeiras, seus sonhos.

De acordo com o patriarcado ser menina (principalmente branca) nesta sociedade é sonhar com a submissão. É brincar de ser mãe, esposa, cuidadora. É não questionar, nunca. É não levantar a voz, é não discutir, é jamais desobedecer o pai, o avô, o tio, o líder religioso; é ajudar a mãe no trabalho doméstico seja ele em sua casa ou na casa de outros. É ser tratada de forma diferente na presença de homens. É ter como hábito cuidar de famílias imaginárias enquanto esperam pela sua própria. É ser propriedade privada, primeiro do pai e irmãos, depois do marido.

Para meninas negras, toda a violência que se expressa nas imposições e expectativas abordadas anteriormente são agregadas de mais um fator determinante: o racismo. Na infância, ser menina negra é ter sua autopercepção fuzilada por princesas brancas, sonhos brancos, atrizes brancas, figuras de poder representadas por homens brancos. Nesta sociedade, meninas e mulheres negras que estão fora de qualquer padrão mercadológico de beleza são cotidianamente atormentadas por críticas, ataques e palavras que em nada contribuem na construção daquelas vidas, corpos e subjetividades enquanto mulheres negras.

destinada de acordo com seu sexo, sendo estas “mulheres cis”, e o sufixo “trans*” para identificar as mulheres que não concordam com a designação de gênero que lhes foi destinada a partir da determinação morfológica e subvertem essa imposição, sendo estas pessoas tanto mulheres trans* e homens trans*. Ocasionalmente, o termo “mulher” aparecerá sem a definição de cis ou trans* para que se evite a repetição em demasia, prejudicando a fluidez do texto. Nesses casos, entende-se mulher tanto como mulheres cis quanto como mulheres trans*.

² O termo trans será utilizado neste trabalho com * para fazer referência à seu uso enquanto termo guarda-chuva. Para maiores esclarecimentos acessar: < <http://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/> >

É não ter na escola nenhuma exaltação e celebração às suas raízes, história, origens e culturas. É nem sequer ter como imposição a submissão à família e ao próprio ambiente doméstico, familiar e privado, pois à menina negra que se torna mulher negra, cabe o lugar de objetificação de seu corpo, fetiche sexual e para além, cabe a completa anulação de sua subjetividade e possibilidades de construção coletiva com outras mulheres do que significa ser ou não ser uma mulher negra nesta sociedade.

Um dos primeiros padrões impostos às mulheres são às designações de gênero determinadas à partir do sexo. A determinação de gênero que nasce a partir da formação dos corpos no nascimento é negligente quando colocamos em evidência todas as particularidades e singularidades que desenham os sujeitos ao longo de suas vidas e trajetórias. Como se entendem, como se colocam, como e quem são, como e com base no que se definem; todas essas formas estão em constante expansão e retração na dinâmica da vida cotidiana.

Quando o gênero de uma criança é determinado são determinados, automaticamente, o lugar que aquele sujeito em construção vai ocupar na dinâmica da vida cotidiana, o “não” e o “sim” que serão ditos àquele sujeito, os estímulos e desencorajamentos, até onde aquela pessoa, o seu corpo e a sua vivência podem chegar.

As fronteiras são inúmeras e extensas. Assim como cada mulher desta sociedade possui infinitas e complexas singularidades, também se complexificam as opressões e violências deste sistema sob seus corpos, sua saúde física e mental e suas vivências.

Tendo em vista esta questão, será priorizado neste trabalho a discussão acerca das opressões de gênero e suas intersecções com as questões de raça e confluências com a questão de classe, na tentativa de se tentar debater, mesmo que parcialmente, as diversas expressões de violências que recaem sob as mulheres. É de extrema importância, e por isso também foi decidido pela demarcação, quando for pertinente, entre mulheres cis e mulheres trans*, para que sejam colocados em evidência também os contrastes das vivências e por consequência, das violências, sob as quais são submetidas as mulheres trans*, e também cis, negras, brancas, gordas, heterossexuais, bissexuais, lésbicas, periféricas e de classe alta, deficientes e as articulações e interconexões dentre estas.

Para se discutir violências, é preciso primeiro identificar e problematizar quem são essas mulheres, como são e que espaço na sociedade elas ocupam. É preciso reconhecer suas singularidades, suas multiplicidades e suas diversidades.

Esse trabalho parte da perspectiva que absolutamente todas, por serem mulheres, cis ou trans*, negras ou brancas, periféricas ou não, sofreram violências específicas da estrutura patriarcal machista e violenta que destina diversos mecanismos de dominação específicos às mulheres, seus corpos e suas vivências; no entanto, não sofreram a mesma violência (nem a mesma expressão de violência, nem na mesma incidência.), e por isso se faz importante que o estudo de gênero apresentado neste trabalho também caminhe com a análise de gênero e raça e gênero e classe, pois nos mostram na medida do possível, o quanto os espaços ocupados ou negados influenciam em toda a trajetória da vida de uma mulher.

A realidade na qual estamos inseridas é permeada por contradições, correlações de forças e disputas nas mais diversas esferas desta sociabilidade. Para além de um sistema econômico, o capitalismo é também ordem societária que influencia e impõe limitações concretas às esferas políticas e sociais. No que tange à essas limitações concretas temos desigualdades que contribuem para a perpetuação da lógica de exploração e dominação tão necessárias à ordem societária capitalista, sendo geradas e reproduzidas nos mais diversos espaços, cabendo evidenciar para este trabalho a desigualdade de gênero.

Mulheres são cotidianamente violentadas, marginalizadas, subjulgadas, invisibilizadas e silenciadas numa sociedade onde para além dos privilégios garantidos àqueles que detêm para si a maior parte da riqueza produzida, temos os privilégios garantidos aos homens brancos cisgêneros pelo sistema patriarcal e machista, que é também instrumento de reprodução da mesma lógica capitalista.

Entendendo a importância e urgência de que se reconheçam as particularidades e pluralidades que permeiam e constituem o processo de se entender, se colocar e ser mulher nesta sociedade, este trabalho tratará da perspectiva de violências contra as mulheres entendendo essas violências decorrentes também da desigualdade de gênero inerente à dinâmica social e econômica atual, legitimadas cotidianamente pela

desigualdade de gênero que atravessa as relações sociais estabelecidas e que também influenciam no processo de se perceber, se entender e ser mulher.

No processo de alienação inerente à reprodução econômica e material do sistema capitalista, para além de não se reconhecerem no fruto de seu trabalho, mulheres são impossibilitadas de reconhecerem em suas particularidades e singularidades, sem essa perspectiva fica inviável que reconheçam as particularidades e singularidades daquelas que se encontram em situação semelhante de violação e dominação, inviabilizando em amplo aspecto, a análise de uma totalidade que possa denunciar as imposições desiguais, exploratórias e abusivas que este sistema de dominação, exploração e violação impõe à elas.

Justificativa

Numa realidade como a do Serviço Social a autora considera escasso – e por consequência, problemático – o espaço dado ao debate das questões de gênero no processo de formação das assistentes sociais e na própria atuação profissional. Tendo em vista que as estudantes do curso são em sua maioria mulheres que trabalharão muitas vezes com mulheres cis e mulheres trans*, é necessário que se discuta tudo o que significa ser mulher nesta sociedade e as violências inerentes à essa vivência, apresentando alternativas possíveis e acessíveis para que se efetive uma mudança social real.

É importante também para a compreensão do trabalho, o reconhecimento do local de fala da autora, a desconstrução de seus privilégios e em quais dimensões a violência de gênero a afeta: sou mulher cis, branca, lésbica e periférica, e não sofro da exclusão e apagamento político e humano que as pessoas trans* sofrem, nem mesmo o racismo que as mulheres cis negras e as pessoas trans* negras sofrem, mas sofro violências de gênero todos os dias por ser mulher, por ser lésbica, e por ser mulher periférica.

Principalmente por sentir na pele os impactos da violência de gênero e as possibilidades de enfrentamento à essa violência que a arte proporcionou que a autora reconhece a importância desta pesquisa para sua própria vivência enquanto mulher e para outras mulheres. Foi a partir da produção artística e contato com outras produções

e mulheres artistas que surgiu a possibilidade da compreensão em totalidade dos impactos da violência de gênero em sua vida enquanto mulher.

De acordo com Bosi (2000), é arte aquilo que se constrói a partir da “percepção aguda das estruturas” e que não exclui “o calor das sensações”, e é seguindo esse viés inicial de conceitualização do que é arte que será possível entender que – a partir da produção artística e de todo processo inerente à essa atividade – que as mulheres podem refletir sobre quem são, sobre os espaços que ocupam, sobre as imposições que à elas são colocadas e sobre as possibilidades de transformação da realidade concreta.

Denunciar e resistir às violências contra mulheres transforma não só a realidade destas, mas carrega em seu bojo a possibilidade de promover para além de uma emancipação econômica, política e social, uma emancipação humana; estabelecendo a possibilidade do surgimento de uma sociedade mais justa, plural, diversa e livre para todas.

A pesquisa

Esta pesquisa tem como **objetivo** analisar, quais os limites e possibilidades da arte enquanto instrumento de denúncia às desigualdades de gênero e violências contra as mulheres e o significado para a lógica dominante do uso da arte por e para mulheres para subverter e transformar essa mesma lógica, buscando trazer também o significado da expressão artística para as mulheres no enfrentamento às violências de gênero, a partir da **hipótese** de que a arte pode servir como instrumento de enfrentamento às violências contra as mulheres.

A arte será encarada como possibilidade tendo em vista o reconhecimento de sua capacidade de mediação no movimento dialético de análise da realidade concreta. Ela carrega em si a possibilidade para que uma mulher possa se construir e desconstruir, criticar, questionar, revolucionar.

Se por um lado as violências de gênero contra mulheres silenciam, invisibilizam, deslegitimam, aprisionam e dominam, a arte pode romper com algumas destas correntes possibilitando o encontro das mulheres consigo mesmas, suas alegrias, suas dores e posteriormente com outras mulheres, outras alegrias e outras dores, encontrando semelhanças e diferenças. Tendo como motivação de pesquisa a necessidade de

responder a **questão de partida** “O que as violências contra mulheres tiram que a arte pode devolver?”, este trabalho buscará apresentar a arte como possibilidade de enfrentamento às violências contra as mulheres.

Para tanto, serão utilizadas referenciais teóricos que tragam perspectivas feministas, bem como a teoria *queer*, para embasar parte da discussão de gênero, principalmente no tocante às mulheres trans*. Serão utilizados também, referenciais teóricos que abordem as confluências da questão de gênero e de classe, e intersecções entre questão de gênero e raça, sendo do entendimento da autora deste trabalho que as questões de raça e classe são elementos determinantes e necessárias à uma análise das manifestação das expressões de violências contra as mulheres.

Para que seja possível a análise a qual esse trabalho se propõe, será adotado o método qualitativo de pesquisa realizando por meio da coleta de depoimentos³ fornecidos por mulheres artistas que aceitem participar do trabalho, e que criam ou já criaram algum trabalho artístico buscando abordar a questão do “ser mulher”, as expectativas de gênero impostas e as experiências de violências na vivência de mulheres próximas a elas ou delas mesmas. O **objeto** desta pesquisa é a experiência artística dessas mulheres em seu próprio ponto de vista. Não será objeto a produção artística em si das participantes, não é o objetivo deste trabalho analisar a arte que foi produzida, mas sim, a experiência de se usar a arte como instrumento de enfrentamento às situações de violência pelas quais as entrevistadas já passaram por serem mulheres.

A análise dos depoimentos explorará as experiências artísticas das entrevistadas, bem como o impacto que “ser mulher” garante nessas produções e expressões, no local que essa arte ocupa na vida dessas e de outras mulheres e como elas (as participantes) se expressam artisticamente ou não acerca da temática de violências contra mulheres.

Também serão usados materiais autorais ilustrativos e textuais para aproximar ainda mais a pesquisa da realidade a qual ela se propõe investigar, no entanto, vale relembrar que o objeto a ser analisado não é a produção artística daquelas que contribuíram para a construção do trabalho, mas sim explorar as motivações para que a

³ Os depoimentos aparecerão no trabalho em *itálico*, a fim de facilitar a leitura e promover distinção entre o texto da autora e a fala das participantes.

temática de gênero, raça e/ou classe e as violências decorrentes das desigualdades estruturais sejam abordadas em suas obras.

Os sujeitos de pesquisa serão portanto, mulheres, brancas e negras, periféricas ou não, e serão levadas em consideração as intersecções entre gênero e raça e confluências com a questão de classe para um estudo mais abrangente e mais compatível com a realidade, garantindo que será feito um esforço para que a representação das mulheres e das inúmeras e diversas vivências que expressam o que é “ser mulher” seja tão abrangente quanto é possível.

Capítulo 1 – As Mulheres

O feminismo hegemônico se constitui enquanto processo histórico marcado por ideais que promovem a emancipação das mulheres e, por consequência, a transformação social. No entanto, como se sabe, a história não se constrói de forma linear, quanto mais homogênea. Tendo em vista essa questão, o próprio feminismo – por se construir num processo histórico de lutas, manifestações e reivindicações nas mais diversas esferas da sociedade – está sujeito à limites e possibilidades inúmeros, coerentes com a multiplicidade de contextos sociais, políticos, econômicos, culturais e históricos específicos de cada espaço.

É partindo desse ponto de vista que este capítulo – ao se propor a abordar o tema “As mulheres” – traz, em primeiro lugar, as contribuições teóricas acerca do debate sobre “construções de gênero” que norteiam toda a análise sobre enfrentamento às violências de gênero por meio da arte ao longo do trabalho. Em segundo lugar, traz um breve histórico acerca do desenvolvimento de parte do movimento feminista no Brasil, partindo do recorte histórico feito a partir dos anos 70, época de regime ditatorial, de efervescência política e conflituosa no país. Por fim, discutirá a questão de gênero correlacionada com a questão de classe e com a questão de raça; sendo de entendimento da autora deste trabalho e daquelas usadas como bibliografia que não se pode discutir gênero nem feminismo de forma efetiva sem que se discuta concomitantemente a questão de classe e principalmente, a questão de raça.

1.1 Construções de Gênero – Contribuições Teóricas

São diversas as teorias de gênero que se propõem a explicar este conceito, definir suas origens e suas bases de sustentação. A ideia neste tópico é apontar algumas dessas perspectivas que se alinham até onde podem com os objetivos deste trabalho, o que não quer dizer que a autora não tenha também suas críticas a essas perspectivas e que recuse as abordagens acerca dos estudos de gênero por outras teorias. O que se propõe aqui é uma provocação inicial, uma tentativa de mapear as propostas existentes a fim de que se chegue numa abordagem satisfatória para a proposta deste trabalho e para a construção de possibilidades para o enfrentamento das violências contra as mulheres por meio da arte.

Como abordado por Berenice Bento (2003), os estudos de gênero podem ser divididos em três tendências teóricas: universal, relacional e plural. Em seu princípio, elaboraram reflexões partindo de uma ideia binária, o que a referida autora chama de “perspectiva oposicional e de caráter universal” (pg. 66), porém, de acordo com ela, essa perspectiva “cristaliza as identidades em posições fixas” e reforça a ideia do gênero como uma verdade essencial. Esse viés de análise bem representado pelo trabalho de Simone de Beauvoir apresenta a “cultura dando sentido à natureza”.

Seguindo essa análise, Bento aponta que o grande problema do viés de análise universalista reside no fato de que universalizações e generalizações tendem na maioria das vezes ao esquecimento de outras partes de uma ‘mesma história’, ou outras histórias de um ‘mesmo contexto ou época’. No caso das identidades de gênero, os marcadores de análise universais são constantemente baseados em sociedades ocidentais, para dizer o mínimo, sem que se faça qualquer ressalva ou consideração acerca das realidades específicas sobre as quais está se tratando e sobre as quais as mulheres são submetidas.

Foi na década de 90 que a perspectiva relacional da discussão de gênero ganha espaço em detrimento da perspectiva universalista (não que esta tenha sido substituída por aquela ou desaparecido completamente), em consequência os conceitos de gênero e seus estudos passam a ser construídos com base também nas “classes sociais, nas nacionalidades, nas religiosidades, nas etnias e nas orientações sexuais.” (BENTO, 2003. Pg. 74) É a partir também desse olhar que o patriarcado começa a ser evidenciado e apontado como fator central de produção e reprodução das identidades de gênero e imposição das mesmas como forma de dominação, fazendo assim com que fosse ainda mais possível a desnaturalização dessas identidades.

No entanto, de acordo com Bento (2003) nem a perspectiva de análise universalista nem relacional conseguiram descristalizar o referencial binário na discussão de gênero. Cada uma à sua maneira proporcionou avanços, porém, a autora defende que somente com a teoria queer esse aspecto binário que regula não só as identidades de gênero mas também o “uso” dos corpos – por meio de um padrão heteronormativo de relações – será posto em cheque e desconstruído. Como argumenta:

São os estudos queer que apontarão o heterossexismo das teorias feministas e possibilitarão, por um lado, a despatologização de experiências identitárias e sexuais até então interpretadas como

“problemas individuais” e, por outro, dedicarão uma atenção especial às performances que provocam fissuras nas normas de gênero. (pg. 77)

Bento traz, portanto, Judith Butler como autora proeminente da teoria queer e defende que foi com esta que aqueles ideais heterossexistas das teorias feministas mencionados anteriormente foram descortinados, sendo a partir dos estudos de gênero de Butler que se passa a problematizar a “vinculação entre gênero, sexualidade e subjetividade, perpassadas por uma leitura de corpo como significante em permanente processo de construção e com significados múltiplos” (BENTO, 2003. pg. 80)

Para Débora Diniz (2014), gênero é entendido como um “regime político” (pg. 11), centralizado nas instituições familiares legitimadas pelo patriarcado e necessárias à ele. Entendendo o patriarcado como “tecnologia moral”, a autora identifica “patriarcado” ou “poder patriarcal” como um mecanismo de poder que é reproduzido, dentre outros aparatos, pela “pedagogia do gênero”. Seguindo este raciocínio, a pedagogia do gênero concretiza e é concretizada pelas instituições, principalmente a família, responsáveis pelo cuidado e reprodução de relações sociais estabelecidas a partir dessa dinâmica binária, cisnormativa, sexista e heteronormativa imposta por este poder patriarcal.⁴

⁴ O conceito de “Cisnormatividade” corresponde ao que é determinado pelo padrão binário – Homem e Mulher – como coerente, apropriado, “normal”. Todas as vivências, corpos e identidades de gênero que vão de encontro a esse padrão binário estabelecido historicamente, socialmente e culturalmente é estranho, marginal. Essa distinção entre normal e anormal abre espaço também para a patologização, temática bastante abordada e problematizada nos estudos sobre a população trans*, não binárias e outras: esses sujeitos não são considerados sujeitos se não “aceitarem” uma imposição e reconhecimento “patológico” de suas identidades, em outras palavras, será o laudo de um médico que definirá e limitará aquela existência, o que já é por si só uma expressão de violência e acaba limitando também a existência não só humana mas também política daqueles sujeitos. A “Cisnormatividade” é considerada neste trabalho como uma construção característica que possui um lugar próprio na lógica de dominação patriarcal. É importante questionar a binaridade de gênero pois, do contrário, acabamos por legitimar certas exclusões. Existe um espaço reservado nessa estrutura normativa (correspondente ao que é naturalizado, esperado, hegemônico e dominante que norteia ações nas mais diversas esferas da sociedade) específico para a produção e reprodução de violências contra as mulheres, e aqui incluo não somente as mulheres cis mas, obviamente, as mulheres trans. Na “cisnormatividade” não é a lógica de dominação e padronização que é problematizada, mas sim os sujeitos. A regra que estabelece essas identidades de gênero diz: o homem é aquele que possui um pênis logo a expectativa de gênero sobre ele é a de símbolos, valores e ações ditos “masculinos; a mulher é aquela que possui vagina/aparelho reprodutório logo a expectativa de gênero sobre ela é a de símbolos, valores e ações identificados como “femininos”. Na “cisnormatividade” essa lógica é chamada de “pré-discursiva” pois não é passível de questionamento e transformação, está colocada para o sujeito antes mesmo de sua existência concreta, aqueles que não atendem à essas expectativas de gênero, seus símbolos e valores tem seus corpos, vivências e identidades deslegitimadas e desconsideradas.

O conceito de “heteronormatividade” também vem nessa linha afim de, com base nesses estereótipos de gênero cisnormativos estabelecer o “uso legítimo/correto/apropriado” desses corpos, as relações entre eles e as construções a partir de suas interações (o que me faz pensar no conceito de “família” também). Aqui o “corpo feminino” só é “completo” com a presença de um corpo masculino, exatamente nessa ordem de

Para a autora “sexo e gênero são categorias políticas que ressignificam o acaso da matéria” (pg. 12), portanto, tratar a dimensão sexual dos corpos como anterior aos sujeitos e suas construções, tornando atribuição natural às identificações de gênero baseadas em corpos lidos como “corpos masculinos” e “corpos femininos”, é artifício moral necessário ao patriarcado. Necessário porque, é a partir de um sistema de articulação muito bem elaborado que as identificações de gênero materializam a instalação do poder patriarcal nos corpos. Com as identificações do gênero (ou pedagogias do gênero) são determinados não somente padronizações a partir de leituras feitas sobre os corpos, mas também sentidos, conceitos, mensagens, orientações e símbolos para estes corpos/gêneros.

São nesses códigos inscritos quase que automaticamente nos corpos a partir das identificações de gênero que a opressão e a dominação do poder patriarcal se concretizam e violentam as vivências dos sujeitos. Não só pela forma de se reproduzirem nas relações e pelas mensagens e orientações que carregam, mas também pela padronização dos corpos, a marginalização dos sentidos, a deslegitimação de vivências outras que não aquelas concordantes com o padrão hegemônico estabelecido. Tudo para que a lógica de poder se instale em todos os corpos e garanta a perpetuação do patriarcado enquanto representação de poder “natural”, imutável, anterior aos sujeitos. Naturalizando assim a opressão e sofrimento que acompanham as designações de gênero impostas aos corpos, vivências e identidades dos sujeitos.

Foi ao tratar das chamadas “práticas de gênero que se efetivam fora do referente biológico” em sua tese de doutorado “A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual” que Berenice Bento (2003) se deparou com experiências transexuais diversas àquelas relacionadas com os estereótipos de gênero hegemônicos e seus símbolos.

raciocínio sem a possibilidade da relação inversa, pois já se estabelece a subjugação e submissão desse corpo feminino ao corpo masculino nas relações e interações sexuais. É com base na heteronormatividade que todas as relações lésbicas, bissexuais e gays não são consideradas como legítimas, relevantes e/ou apropriadas, o que causa um apagamento não só desses sujeitos, mas de suas relações e principalmente, construções a partir dessas relações (retomando o conceito de “família”).

Sexista pois encerra as identidades e vivências à constituição material de um corpo que delimitará as ações e comportamentos que aquele corpo “masculino” ou “feminino” deverá se fazer correspondente. Usando como exemplo a manifestação das violências contra as mulheres, esta se consolida na constante e permanente necessidade da cisnormatividade de exigir que as mulheres se comportem, pensem e correspondam aos padrões cissexistas pré-estabelecidos. Ao “corpo feminino” é imposto um lugar, uma esfera, um posicionamento, uma imagem, uma estética, uma atitude, uma função, uma identidade, um padrão, um uso, um valor.

É comum que em determinadas correntes feministas se propague a problematização das identidades trans* pelo argumento de que essas reafirmam e reproduzem estereótipos de gênero, como inclusive aborda Bento, no início de seu estudo “o feminino aparecia referenciado na maternidade e o masculino na virilidade”. (pg. 23) No entanto, foi ao longo de sua pesquisa, conhecendo outros sujeitos e outras experiências transexuais que essa visão da qual a autora inclusive compartilhava em certo aspecto caiu por terra, de acordo com ela:

Cada um encontrará uma resposta para relacionar-se com seu corpo, sua sexualidade, sua família, suas performances de gênero e para articular estes níveis em sua subjetividade. (pg. 25)

Com essa visão mais consolidada, a autora segue seu trabalho fazendo uso do conceito de “idealizações de gênero” de Butler em entrevista concedida à Prins e Meijer (2002), onde tanto a masculinidade e a feminilidade são referenciais que determinam o que é “apropriado” aos corpos de homens e corpos de mulheres, adicionado a isso o “dimorfismo ideal” e a “complementaridade heterossexual dos corpos” formam as chamadas “Normas de Gênero” que determinam como mencionado o que será apropriado, humano, o real, o legítimo.

Nesse sentido, é possível que se faça uma análise – nas devidas proporções – à luz do conceito de “abjeção dos corpos” ou “corpos abjetos” de Judith Butler. É pertinente ressaltar que pensar a “abjeção dos corpos” e as questões filosóficas por detrás do argumento da autora por si só já proporcionaria uma longa discussão, necessária claro, mas não pertinente com a proposta e o caráter deste trabalho. Aqui, o conceito será usado para que se reforce a nomeação e visibilização de sujeitos e torne existentes esses corpos que são abjetos na sociedade mas, que ao menos neste trabalho, deixam de ser: mulheres. Mulheres cis, mulheres trans, mulheres negras, mulheres periféricas, mulheres lésbicas, etc.

De acordo com Butler (2002) , o “‘abjeto’ relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como “não importante”.” (pg. 161) Para este trabalho o conceito de abjeção dos corpos é pertinente, pois traz à luz esses corpos marginais ao nomeá-los, problematiza a opressão naturalizada (mencionada anteriormente) sobre esses corpos e já por si só, os torna visíveis.

Importante também pensar o “não existir” desses corpos. O fato de serem invisibilizados em certo sentido não faz com que desapareçam, nem faz com que seja desejável à lógica hegemônica de dominação e exploração que estes desapareçam. Criar um contexto de opressão significa legitimar desigualdades entre os sujeitos, e nada mais necessário ao sistema capitalista, que se apoia na lógica de opressão patriarcal, do que relações sociais pautadas na legitimação de desigualdades e violências que encontram nesses corpos abjetos o alvo dessa dominação. Como afirma Butler:

“não é que o impensável, que aquilo que não pode ser vivido ou compreendido não tenha uma vida discursiva; ele certamente a tem. Mas ele vive dentro do discurso como a figura absolutamente não questionada, a figura indistinta e sem conteúdo de algo que ainda não se tornou real.” (PRINS E MEIJER, 2002. pg. 161).

É a partir dessa dominação patriarcal, concretizada no reconhecimento e legitimação das duas identidades de gênero hegemonicamente reconhecidas – Homem e Mulher – que, embasado no argumento de naturalização e identificação do gênero a partir do sexo de um sujeito, mulheres serão identificadas por “corpos cuja matéria sexada têm a potência reprodutora do útero” (DINIZ, 2014. pg. 15)

Colocando-se assim em termos bem diretos, fica óbvia a incoerência entre as identificações de gênero binárias com outras não legitimadas socialmente (para citar algumas: mulheres trans*, homens trans*, travestis, não binárias, andrógenos), plurais e diversas, mas que acabam por serem deslegitimadas, não consideradas e invisibilizadas, pois fogem da regra, fogem da norma, desafiando o padrão cissexista e heteronormativo, e questionam até onde o poder patriarcal é natural ou somente artifício moral para dominação dos sujeitos.

E as intenções são óbvias: é por essa configuração à qual Débora Diniz se refere como “regime político de gênero” que o patriarcado garante, por meio de seu aparato moral, a proteção da instituição central para a perpetuação da legitimação de seu poder sobre os corpos: a família heterossexual. É na família heterossexual, centralizada na superioridade dos homens – pai, marido, tio, avô – com relação às crianças e principalmente às mães – mulheres – que se consolidam e reproduzem as relações de

poder e desigualdade entre os gêneros, e principalmente, a relação de dominação e controle sobre o corpo da mulher.⁵

É na família patriarcal heterossexual que as pedagogias de gênero, junto à outros aparatos, reproduzem a lógica de poder dominante, patriarcal, capitalista. Mulheres lidas e “sexadas” – conforme o termo utilizado por Diniz – como mulheres são propriedade do patriarcado, garantia da reprodução “biológica e social” (2014, pg.18) e sentenciadas à cumprirem outros requisitos que proporcionem as condições “necessárias” para a instituição da família heterossexual patriarcal que sustenta: o cuidado, o instinto maternal, a submissão, a restrição da convivência e mobilidade no espaço público e nas instâncias de poder normativo e representativo, o utilitarismo de seus úteros/corpos, a naturalização de violências e abusos físicos, morais e psicológicos. “Falamos, sentimos e sobrevivemos em uma ordem familista patriarcal, onde nossos corpos sexados como mulheres ocupam um lugar vital à reprodução.” (DINIZ, 2014. pg. 19).

Bento (2003) aponta nos estudos queer o potencial de alternativa possível para a ampliação das desconstruções e desnaturalizações das identidades de gênero, pois vai além da “compreensão dos processos históricos”, políticos econômicos e sociais para explicar essa estrutura que relega às mulheres um lugar de submissão e subordinação. Para a autora, os estudos queer também se dão para a discussão de questões relativas à “sexualidade, ao corpo às subjetividades.” (pg. 65)

Relembrando que não cabe neste trabalho e nem seria pertinente criar uma situação de disputa teórica a fim de chegar à uma conclusão irrefutável acerca da “melhor” teoria para se discutir questões de gênero. A perspectiva de análise deste trabalho parte sim de parte do referencial teórico explicitado anteriormente e compartilha de seus apontamentos, porém, discorda de muitos outros e, para além disso, o foco deste trabalho se direciona muito mais às consequências concretas que as identidades de gênero e todos os elementos que as constroem tem na vida de mulheres cis e mulheres

⁵ O contraste feito aqui entre a identificação do poder centralizado no **homem** e da submissão centralizada na **mãe** (e não **mulher**) foi feita de forma proposital a fim de adiantar a abordagem seguinte acerca dos códigos atribuídos ao gênero “mulher” dentro da família nuclear heterossexual, onde aquela identificada enquanto mulher a partir de seu corpo é novamente desprovida de qualquer possibilidade de reconhecimento e construção de sua subjetividade, tornando-se propriedade privada do homem, assumindo o papel central de cuidadora, não mais sujeito de vivências, sendo restrita sua convivência à esfera privada e seu corpo designado para a reprodução sexual.

trans*, principalmente no que tange às violências que essas mulheres sofrerão ao longo de suas vidas.

Importante salientar também que, no tocante às chamadas “teorias feministas radicais” e seus conflitos com a “teoria queer”, para este trabalho não foi considerado como construtivo ou até mesmo necessário que se elenquem todos os argumentos de “cada um dos lados” e os conflitos decorrentes dessa discussão afim de comprová-los ou refuta-los. A proposta é outra e, no entendimento da autora, muito mais objetiva (no que é possível dentro de uma discussão tão ampla e complexa): As identidades de gênero – carregadas de símbolos, valores e significados – reforçam um sistema de dominação e subjulgação da mulher, que em conjunção com outros elementos, caracterizam a lógica de dominação patriarcal.

Essa dominação se expressa de formas diversas em todos os contextos da sociedade, sendo a violência contra a mulheres a manifestação dessa dominação a ser analisada neste trabalho. A autora entende que as violências contra mulheres existem objetiva e concretamente, não somente contra mulheres cis, mas também contra mulheres trans*, mulheres periféricas, mulheres negras e é justamente porque essa violência existe – porque ela abusa, silencia e mata mulheres cis e trans* – que não se aprofundará nestes conflitos teóricos, mas sim na latente expressão dessas violências e, como objetivo final e mais importante, o enfrentamento dessas violências por meio da arte.

1.2 Considerações parciais sobre o movimento feminista brasileiro

No Brasil, o feminismo começa a tomar formas próprias e características políticas mais delineadas a partir dos anos 70, justamente em um dos momentos históricos de maior tensão no país, a ditadura militar, que se instaura a partir do golpe de 64. Seria inevitável e incoerente que o movimento feminista não respondesse nem reagisse ao contexto brasileiro da época, o que não quer dizer também que as influências europeias e norte americanas ao movimento tenham sido negadas.

De acordo com Sarti (2004), foi a presença de mulheres na luta armada que começa a colocar em cheque, em determinados aspectos, as desigualdades de gênero. No momento em que as mulheres passaram a pegar em armas “como os homens”, começa-se a desconstrução de símbolos e valores que eram relacionados à identidade de gênero

“mulher” da época, fazendo também com que o movimento de mulheres – e vale ressaltar, o movimento negro e de mulheres negras – tivesse participação central no movimento de luta e resistência contra a ditadura.

Do ponto de vista com as identificações de gênero, também é de extrema relevância ressaltar que, no que tange às torturas e ações violentas que ocorreram inegavelmente naquela época, eram destinadas às mulheres aquelas ações marcadas fortemente por características de punição pela transgressão daqueles papéis de gênero por aquelas mulheres.

um corpo ferido e torturado com base naquilo que identifica o ser mulher em nossa sociedade, dada a forma específica de violência a que a repressão submeteu as mulheres militantes. Elas foram atingidas não apenas sexualmente, mas também por uma manipulação do vínculo entre mãe e filhos (2004. pg. 38)

Ao mesmo tempo, e combinado com a luta contra a ditadura militar e o movimento de resistência de mulheres, outras mudanças caracterizavam o movimento feminista no período histórico supracitado. A modificação do mercado de trabalho – a partir do chamado processo de “modernização” –, a inserção das mulheres na cadeia de trabalho produtivo e não mais somente no trabalho reprodutivo (de caráter doméstico e de cuidado no âmbito privado), a adoção de novas discussões acerca dos direitos sexuais e reprodutivos fez com que novas perspectivas de análise acerca da condição da mulher no Brasil ganhassem espaço no movimento e também para que se avaliasse os avanços que o movimento conseguiu elencar naquela época.

No entanto, é importante o questionamento: Que mulher é essa que fala? Qual a mulher da qual se fala? Qual sua classe? Qual sua cor?

Posteriormente, quando tratarmos da questão de gênero atrelada a questão de classe e principalmente da questão de gênero interseccionada com a questão de raça, será possível que se enxergue novas perspectivas acerca da construção do movimento e até mesmo o caráter do debate feminista e seu alcance efetivo na atualidade.

Como abordado por Sarti (2004), o movimento feminista brasileiro da época, que se inicia nas “camadas médias” da sociedade, começa a se expandir em direção às “camadas populares” fazendo com que surja um momento de articulação que busca essa interação de lutas entre as classes. Por ainda focar seu direcionamento numa onda de

oposição à ditadura militar, o movimento feminista branco de classe média acaba se aliando com outros que compartilhavam com esse movimento de oposição, mas não compactuavam necessariamente com as tão almeçadas e necessárias mudanças que o movimento feminista precisava e para além disso, tiravam o foco da importância da autocrítica desse movimento feminista branco e de classe média sobre quais eram as mulheres que participavam e compartilhavam de fato das conquistas e das pautas de sua luta. Sarti (2004) pontua:

O tom predominante, entretanto, foi o de uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos navegando contra a corrente do regime autoritário. Desacordos sabidos eram evitados, pelo menos publicamente. (pg. 39)

Foi nesse movimento de focalização da luta feminista contra o regime ditatorial e com a requisição da responsabilidade do Estado para com as demandas por necessidades básicas das camadas mais populares que diversas outras demandas importantes foram esquecidas, invisibilizadas e não abordadas de forma que o movimento feminista da época adquiriu um caráter homogêneo que não correspondia à realidade vivida por tantas outras mulheres brasileiras.

Estas sofriam também os impactos e a violência do regime ditatorial, mas em intensidades e expressões diferentes e, não somente isso, sofriam em suas vivências enquanto mulheres outras manifestações de opressão e violências que estavam atreladas não só a questão de gênero, mas também a sua raça, classe e sexualidade.

A partir da década de 80 esse movimento feminista específico, de mulheres brancas e de classe média, se torna uma “força política e social consolidada” (pg. 42), ganhando espaço e legitimidade em mais esferas da sociedade, foram diversas as conquistas nessa época, como aponta Sarti (2004): o início de uma consciência que reconhecia as especificidades das opressões vividas pelas mulheres, o impulso dos estudos e pesquisas acadêmicas relacionadas às questões de gênero e sexualidade e a criação de conselhos. Também se tornam marcos de conquistas históricas da época o trato de temas como o da violência contra a mulher em instâncias próprias e especializadas como as delegacias da mulher, e, já no final da década, a exclusão da “tutela masculina na sociedade conjugal” (pg. 42) na Constituição Federal de 88.

Foi justamente a partir desse olhar dado à violência contra a mulher que, a partir dos anos 90, o movimento feminista passa a alcançar mais demandas específicas e diversas das mulheres brasileiras, porém, é latente ainda a necessidade de que intensifique e amplie o debate. Como aponta Sarti (2004):

As mulheres tornam-se mulheres em contextos sociais e culturais específicos. A análise do feminismo, portanto, não pode ser dissociada do contexto de sua enunciação, que lhe dá o significado.” (pg. 44)

Assim como a adoção de um modo de pensar ocidentalizado e androcêntrico invisibiliza e deslegitima a leitura de outros sujeitos sobre outras vivências, contextos e sociedades, assim também o faz quando adotamos a visão de um feminismo único, homogêneo, que traz a vivência de mulheres cis, brancas, heterossexuais e de classes mais privilegiadas como padrão e referencial de luta para todo o movimento feminista e para a discussão da questão de gênero em todos os espaços e contextos.

1.3 Gênero e Classe

Fazer a análise de gênero de forma associada com a questão de classe se mostra importante, pois os estudos clássicos acerca da questão de classe historicamente não levaram em consideração a questão da desigualdade de gênero, fazendo com que se tornassem distantes questões muito próximas, que são imbricadas uma na outra inegavelmente: a classe e os gêneros que a formam.

Desassociar estas duas perspectivas (e também a perspectiva de raça) abre espaço para a reprodução de uma visão androcêntrica e eurocêntrica da desigualdade de classes que em nada contribui com a promoção de mudanças efetivas na sociedade, mudanças estas decorrentes do desenvolvimento da consciência dos sujeitos que a constituem.

Podemos pensar a experiência de classe assim como a de gênero como instrumento para a tomada de consciência, sabendo que as mulheres e os homens vivenciam diferentemente essas experiências, mesmo quando pertencentes a uma mesma classe social (MATOS, 2009. Pg. 69)

As opressões e as desigualdades na ordem societária capitalista vão além da própria dinâmica do trabalho, extrapolando os limites e se mostrando em todas as esferas, tanto a pública quanto a privada, em todas as classes em maior ou menor grau, em todos os contextos sociais. É necessário o movimento que busca extrapolar os

limites da análise economista acerca das relações de trabalho e das reproduções destas na sociedade contemporânea.

O importante a reter é que a organização de gênero promove fraturas no edifício da consciência de classe, exatamente por ser ignorada pela ciência falocêntrica. Quando levadas em consideração, as contradições de gênero podem elevar o nível de consciência de classe, já que as fraturas desta não significam poros vazios, mas fissuras recheadas de desigualdades entre homens e mulheres. (SAFFIOTI, 1992. Pg. 207)

Abordando a divisão sexual do trabalho como uma das características inerentes e necessárias à reprodução do modo de produção capitalista, podemos perceber o quanto as desigualdades presentes no mundo do trabalho são pautadas numa lógica de opressão e marginalização das mulheres, sobretudo das mulheres negras, na sociedade atual.

É histórica a construção da sociedade dividida em dois âmbitos distintos: o público e o privado. São nesses âmbitos que as relações se constituem e se reproduzem, inclusive as relações de poder baseadas nos estereótipos de gênero, que acabam elevando o alcance de suas opressões ao máximo com associações ao racismo e a desigualdade de classes.

São permeadas pelas relações de poder e de dominação do homem sobre as mulheres que outras relações sociais se constituem e se retroalimentam, como por exemplo, as relações de trabalho que, no modelo de produção e exploração capitalista como é o caso brasileiro, acontecem num contexto específico de divisão social e sexual do trabalho.

Estão atrelados ao modo de produção capitalista diversos mecanismos que complementam a estruturação desse sistema que não é somente econômico, mas também político e social. Para que o processo de produção de mercadorias se mantenha constante – o chamado trabalho produtivo – é preciso que na contramão deste, haja um processo de reprodução da vida social. O trabalho reprodutivo, referente ao trabalho doméstico e de cuidado.

É nesse processo de reprodução que valores necessários à manutenção e constante dominação da ordem capitalista são perpetuadas. Esses valores, significados e símbolos, são logicamente atrelados a uma lógica que legitima a desigualdade, pois assim como nas relações de trabalho e de classe, o capitalismo necessita de uma organização social

que seja desigual, criando grupos de sujeitos cada vez mais desconectados entre si, cada vez mais opostos, que se relacionam de forma cada vez mais desigual, opressora e violenta.

Como aborda Matos (2009) “as relações de classe como as relações de sexo, são estruturantes” (pg. 68) e é nesse contexto de opressões estruturais que é dada a legitimidade para a “aceitação” de condições de trabalho cada vez mais precarizadas de acordo com as pessoas já “destinadas” a ocuparem um determinado espaço de trabalho. Por isso é correto afirmar que o processo de produção e reprodução da sociedade capitalista é baseado não somente na desigualdade de classes, mas também na desigualdade de raça e de gênero (pontos que serão abordados a seguir).

A ligação entre patriarcado e capitalismo pode ser muito bem ilustrada a partir da análise da divisão sexual do trabalho. É essa divisão que define o homem como principal provedor, destinado ao trabalho produtivo, realizado em âmbito público; e que relega a mulher o âmbito privado, onde o trabalho reprodutivo acontece, de forma “secundária” em que não é reconhecido como relevante.

Abordando a divisão sexual do trabalho como uma das características inerentes e necessárias à reprodução do modo de produção capitalista, podemos perceber o quanto as desigualdades presentes no mundo do trabalho são pautadas numa lógica de opressão e marginalização das mulheres, sobretudo das mulheres negras, na sociedade atual.

É nas relações sociais desta sociedade patriarcal, que se constitui em torno da dominação masculina e subjugação de todos os outros sujeitos, que expectativas de gênero são construídas e perpetuadas.

A construção da feminilidade e toda a naturalização dos velhos conhecidos estereótipos de gênero para as mulheres – onde estas são “naturalmente”, “instintivamente” frágeis, submissas, maternais, cuidadosas, sensíveis – reforçam toda uma estrutura que relega, quase que automaticamente, as mulheres, seus corpos, suas subjetividades e vivências à dominação masculina, e por consequência, aos espaços privados. E são nesses espaços privados que encontramos o chamado “trabalho reprodutivo”.

Enquanto aos homens é reservada a presença na esfera pública da sociedade onde acontece o “trabalho produtivo”, que é remunerado e produz produtos que possuem valor de troca, às mulheres está destinado o “trabalho reprodutivo” que não envolve remuneração. O “trabalho reprodutivo” é aquele que envolve o trabalho doméstico, de manutenção da vida de uma família em uma casa, e o cuidado com a saúde desta família.

Logicamente, é pela existência deste “trabalho reprodutivo” que é possível que os homens ocupem o espaço público para executarem o “trabalho produtivo”, porém, por estar presente na esfera privada, por ser executado por mulheres e por não envolver uma relação salarial, o “trabalho reprodutivo” é invisibilizado.

Foi a partir da busca de autonomia e independência financeira pelas mulheres que estas passaram a entrar massivamente no mercado de trabalho, no entanto, o “trabalho reprodutivo” que continua invisível, continua sendo feito, por elas mesmas. Temos então a reprodução de discursos que naturalizam uma determinada “polivalência” na subjetividade de todas as mulheres. E é de extrema importância que se reconheça os limites e alcances do discurso da entrada das mulheres no mercado de trabalho. Não podemos esquecer a vivência das mulheres negras frente à essa questão, como bem aponta Sueli Carneiro (2003):

Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência”. (pg. 50)

Obviamente a leitura da mulher “polivalente” acaba por legitimar não só a presença desta no mercado de trabalho produtivo, mas também e principalmente, seu eterno pertencimento à esfera privada e ao “trabalho reprodutivo”. Com a “polivalência”, as mulheres passaram a ter duplas e até triplas jornadas de trabalho, pois o “trabalho reprodutivo” nunca deixou de ser sua ocupação “natural”, principalmente quando fazemos a análise da questão de gênero e classe de forma interseccionada com as vivências das mulheres negras.

E são nessas contradições que a desigualdade de gênero no mundo do trabalho fica latente. Não se pode confundir a entrada das mulheres no mercado de trabalho com o fim da dominação masculina sobre seus corpos, suas subjetividades e vivências.

Às mulheres acabam sendo reservados os salários mais baixos, a maior carga horária de trabalho (englobando o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo) e as mais precárias condições de trabalho, onde para além dos impactos da exploração da força de trabalho sobre essas mulheres a partir do capital, temos expressões da desigualdade de gênero e raça, e por consequência da violência contra as mulheres com incontáveis casos de assédio moral, sexual, abuso psicológico, etc.

Faz-se importante o reconhecimento da luta de classes, porém sem que se corra o risco de análises universalistas e superficiais, que não levam em conta a multiplicidade da constituição da classe trabalhadora bem como o impacto diferenciado da exploração do capital pra diferentes grupos de pessoas que vivem e trabalham em espaços distintos.

1.4 Gênero e Raça

Como pontuado por Luciana Jaccoud (2008), os quatro séculos de escravidão do povo negro no Brasil construíram uma superioridade branca baseada na dominação e exploração daquele povo. No entanto, após o período colonial e a suposta abolição da escravatura, o sistema de desigualdade racial vem se atualizando e reafirmando de outras formas, formando uma estrutura de desigualdade racial que serve tanto ao modo de produção capitalista quanto à manutenção de relações sociais desiguais.

Os mecanismos utilizados para se afirmar a superioridade das pessoas brancas com relação às pessoas negras se concretizam de diversas formas, em variadas nuances, em diversos contextos; quando interseccionamos a questão de gênero com a questão de raça, percebemos que essa afirmação de superioridade de deus, principalmente, por meio da dominação e coisificação das mulheres negras, ainda mais quando falamos da formação sócio histórica do Brasil.

É o que Sueli Carneiro (2003) chama de “violação colonial”, onde os homens brancos abusaram de todas as formas dos corpos das mulheres negras no período colonial e escravocrata, pois com a dominação, exploração e violação do processo de escravidão do povo negro do Brasil o homem branco ocupava o lugar de poder máximo, que dava à ele o acesso à todos os corpos e a legitimidade para violá-los da forma que lhe parecesse mais conveniente; o que influenciou fortemente na construção de todas as

relações no Brasil, principalmente no racismo ainda latente que atravessa todas as relações sociais em todos os âmbitos, em todas as classes da sociedade brasileira.

Para Carneiro (2003) “essa violência colonial é, também, o ‘cimento’ de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades.” (pg.49). Podemos observar, portanto, que são reservadas ao corpo e à vivência das mulheres negras, ainda hoje, todas as apropriações violentas possíveis e as margens socialmente e geograficamente criadas.

A elas são negados o acesso à sua ancestralidade, sua história, seus símbolos e cultura; são negados o seu pertencimento racial, seu rosto, seus cabelos e as raízes as quais eles se referem e a história que todos eles carregam; são as mulheres negras aquelas sujeitas cotidianamente à leitura sexualizada e objetificada de seus corpos, sujeitas ao silenciamento.

As mulheres negras brasileiras crescem com muitas outras mulheres negras brasileiras à sua volta, mas não é encorajada socialmente a se reconhecer em nenhuma delas, as mulheres negras não são encorajadas a se reconhecerem em si mesmas, estando sujeitas ao olhar colonizador do outro, do homem branco.

De acordo com Carneiro (2003), essa construção social baseada na hierarquização e dominação da população branca sobre a população negra, e principalmente sobre as mulheres negras, faz com que valores colonizadores construam relações colonizadas, fazendo com que mesmo atualmente, a relação de exploração e dominação do homem branco sobre as mulheres negras permaneça no imaginário social de forma naturalizada, legítima, nunca perdendo o caráter racista, dominador, colonizador e patriarcal que “mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão.” (pg. 49)

Frente a todos esses fatores, é possível concluir que de fato, a dominação patriarcal não oprime as mulheres negras da mesma forma como oprime as mulheres brancas. Obviamente não é o objetivo neste trabalho hierarquizar as opressões, mas sim reconhecer os contornos próprios destas a partir da decisão de se analisar a questão de gênero com uma lente a mais, a lente da questão de raça, ou vice e versa.

Questionar a categoria “mulheres” reconhece as multiplicidades e diversidades que a própria categoria abrange e possibilita uma análise mais condizente com as condições reais da construção das relações sociais no país, possibilitando a análise de interseccionalidades de gênero com a questão de raça, onde uma condição intensifica, impulsiona e agrava a outra.

O mito da democracia racial naturaliza o racismo, torna-o parte integrante, não revê privilégios e não responsabiliza a estrutura de dominação e exploração. É por meio dele que as mulheres negras são sempre representadas automaticamente no lugar subalterno, marginal, sendo a prostituta, a doméstica ou a “mulata do carnaval” como abordado por Lélia Gonzalez (1983).

As mulheres negras encontram milhares de outras dificuldades inerentes à sua vivência enquanto mulher num sistema de dominação que é patriarcal, mas que é também racista, dificuldades estas que não assombram as vivências das mulheres brancas e a construção de suas subjetividades. As mulheres negras nem sequer tem a chance de se construir enquanto mulher, pois, antes disso, à ela não foi dada a oportunidade de se reconhecer enquanto sujeito. Para além de se perceber enquanto pessoa, as mulheres negras ainda devem se (re)construir superando o racismo e o sexismo, encontrando no feminismo negro uma resposta para suas pautas e reivindicações.

Inclusive os estereótipos de gênero impostos às mulheres negras são distintos daqueles impostos às mulheres brancas. Para exemplificar bem essa questão, Carneiro (2003) pontua:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. (pg. 49)

Faz-se assim com que seja emergencial a necessidade de que se amplie de forma real o discurso feminista para a análise de todas as formas de opressão e como elas se

interconectam, e também de que se reconheça a importância de que grupos organizados como o feminismo negro ocupem cada vez mais espaços, trazendo como “principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades.” (CARNEIRO, 2003. Pg.50)

Possibilitando assim, que as mulheres negras não sejam sujeitas a outro mecanismo de silenciamento já velho conhecido do movimento feminista: aquele advindo de feministas brancas que não se esforçam para desconstruir a suposta universalidade de suas demandas e seus privilégios de acesso à fala, que acabam por muitas vezes apagar as conquistas que o movimento contemporâneo de mulheres negras tem para seu próprio grupo e para a luta feminista em geral, o que não acontece quando as reivindicações do feminismo hegemônico quando reconhecem única e exclusivamente as demandas específicas decorrentes da dominação patriarcal à qual as mulheres brancas estão sujeitas.

É por meio da desconstrução da “ideologia do branqueamento”, inclusive no movimento feminista que trata as demandas específicas de mulheres brancas de classe média e alta como universais, que podemos ter mais artifícios para analisar a situação das mulheres negras e brancas e em decorrência disso promover a libertação de todas, problematizando o que a sociedade capitalista, patriarcal, racista e sexista assume como referencial principal, como norma, como natural. Revelando-se a verdadeira situação das mulheres no Brasil, levando-se em consideração não só a questão de gênero, mas também de classe e, principalmente, de raça.

Capítulo 2 – As violências

A existência das mulheres é pautada pelas violências e às mulheres coube se construir enquanto sobreviventes, já que foram apropriadas pelo patriarcado e destinadas à violação – do homem contra seu corpo e subjetividade e da estrutura dominante contra sua vivência.

Uma relação de poder não anula uma das partes, aquele que detém o poder precisa necessariamente manter o outro no lugar de subalterno, fazer com que o outro pertença naturalmente à esse lugar de submissão, passível de ser violado, só assim o

dominante encontra respaldo para seu lugar de superioridade. De acordo com Saffioti (1992) “A relação de dominação-exploração não presume o total esmagamento da personagem que figura no polo de dominada-explorada.” (pg. 184)

A violência inevitável se manifesta em dois momentos importantes de serem apontados para este trabalho: tanto como forma de reconhecimento da existência de uma mulher quanto como forma de negação dessa existência.

No primeiro caso, que lança olhar aos estereótipos de gênero, a violência se torna inerente a eles por si só. A própria imposição de símbolos, expectativas e valores a um corpo por meio da identificação de gênero feita de forma pré-discursiva já é uma imposição violenta. No segundo caso, relegado àquelas que em algum momento de sua vivência e subjetividade discordam dos estereótipos de gênero, cabe o espaço de invisibilidade, negação de existências enquanto vidas relevantes.

Fazem parte dos estereótipos de gênero impostos àquelas identificadas como “mulheres” os papéis tradicionais de cuidado, afeto e educação aos filhos e comprometimento com a alimentação, trabalho doméstico e relação sexual com o marido. Koller e Narvaz (2006) trazem a perspectiva da família como produto histórico, construída ao longo do tempo e do desenvolvimento das formas de organização das pessoas em sociedades.

Como aponta Biroli (2014):

Quando temos clareza de que a família é uma construção social e institucional, em vez de natural, fica claro, também, que essas fronteiras (entre as relações legítimas e ilegítimas) são arbitrárias. Elas são a condensação de valores e de normas que podem ser, portanto, repensados e rediscutidos. (pg. 46)

Em acordo com este posicionamento, é importante a reflexão sobre até que ponto a lógica de família foi moldada para representar praticamente um ente autônomo, desconectado de contexto histórico, político, econômico e social, onde a lógica de espaço privado assegura que nenhuma pessoa ou instituição possui competência legal ou moral para delimitar direitos, garantias e proteções aos sujeitos que a compõe. Para Biroli (2014), mudar arranjos familiares significa mudar os papéis sociais pré-estabelecidos e impostos aos indivíduos. De acordo com a autora:

Mantida como unidade privada responsável, primordialmente, pelo cuidado com os idosos e com as crianças, mas sem condições concretas de sê-lo na maior parte dos casos, a família se transforma em um dos principais dispositivos para legitimar a reprodução das desigualdades sociais. (2014, pg. 31)

São nessas dinâmicas de relações de poder intrafamiliares onde as crianças e adolescentes aprendem e internalizam, também, como ações legítimas, a submissão, a obediência, o controle, o status e o poder garantidos ao mais forte, ao que oprime.

Entendendo a família patriarcal como uma possibilidade de organização familiar dentre tantas outras – onde sua formação atual não é a mesma que em outras épocas, nem tão pouco a família ocidental se configura nem se apresenta da mesma forma que em outros contextos sociais diversos – será abordado como ponto de partida para essa análise acerca das violências às quais as mulheres são expostas esse tipo de padrão ocidental de configuração familiar.⁶

A família patriarcal se estabelece como forma legítima de organização a partir de diversas transformações de ordem econômica que exigem resposta e transformações concomitantes da cultura e das relações sociais. Segundo Narvaz e Koller (2006), foi com o surgimento da propriedade privada e da necessidade de se estabelecer relações monogâmicas para a garantia da herança que:

O corpo e a sexualidade das mulheres passou a ser controlado, instituindo-se então a família monogâmica, a divisão sexual e social do trabalho entre homens e mulheres. Instaura-se, assim, o patriarcado, uma nova ordem social centrada na descendência patrilinear e no controle dos homens sobre as mulheres. (pg. 50)

Dessa forma, relações desiguais de poder se estabeleceram de forma hegemônica, sendo incorporadas nas relações sociais e fazendo com que o patriarcado e o capitalismo encontrassem aí um ponto de relação essencial. Embora a centralidade patriarcal se estabeleça em momento anterior ao sistema capitalista, ambas concordam com a legitimação de um sistema baseado na desigualdade, seja ela de gênero, raça,

⁶ Porque é tratado aqui como padrão não é o objetivo dizer que toda a população se organize dessa mesma forma, como se não houvesse formas familiares que subvertem e contrariam à organização familiar patriarcal num contexto ocidental e brasileiro. O que vale ressaltar aqui é que as famílias que “desafiam” este padrão familiar patriarcal pré-estabelecido e aceito hegemonicamente sofrem as consequências. Desde a dificuldade de acesso ou até mesmo nenhum acesso à direitos sociais, até mesmo a “punição moral” que surge de valores conservadores que permeiam a sociabilidade atual, como é o exemplo do termo “mãe solteira” usado de forma recorrente, e que recai principalmente e com mais força, sob as mulheres negras.

classe ou tantas outras. “O capitalismo não gerou o patriarcalismo, mas o capitalismo utiliza, alimenta e reforça na sua estrutura de relações desiguais de poder, fazendo-o parte de sua própria dinâmica” (MATOS, 2009. Pg. 70)

No sentido de ampliar o debate acerca do conceito de patriarcado e a concretização dessa dominação na vida das mulheres, Saffioti (1992) realiza o debate a partir da crítica ao conceito de patriarcado de Weber. Para ela, a concepção dualista do autor, que foca muito mais na família e no ambiente doméstico, não consegue alcançar toda a dimensão dessa dominação e o quanto ela se faz presente em todos os âmbitos da vida cotidiana das mulheres. Para ela, o patriarcado pode “ser pensado como um dos esquemas de dominação-exploração componentes de uma simbiose da qual participam também o modo de produção e o racismo.” (*apud* Saffioti, 1987, 1988)

Acabar com as desigualdades sociais e de classe, romper com os estereótipos de gênero, impulsionar a luta feminista, acabar com o racismo – em todos os âmbitos, inclusive institucionalmente – são ações necessárias à transformação, porém duramente atacadas, reprimidas e dificultadas pelos ideais conservadores fruto da combinação da forma de dominação patriarcal com o modo de produção capitalista.

A violência que atinge a mulher cis negra não é a mesma que atinge a mulher cis branca, por exemplo, no entanto, ambas constroem vivência sob a mesma lógica que relega a “propriedade” dos corpos das mulheres aos homens. Para Saffioti (2001), “embora a violência de gênero brote numa situação complexa, em que intervêm vários fenômenos, estes nem são da mesma natureza nem apresentam a mesma capacidade de determinação.” (pg. 133).

Importante pontuar a incidência e a forma que essa dominação do homem toma ao associarmos sua presença a contextos diversos. Bandeira (2014) defende que “tal violência ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, a qual começa no universo familiar, onde as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas”. (pg. 450)

A grande chave da questão se refere ao ponto de que a dominação masculina não se apresenta objetivamente somente na presença física de um sujeito do gênero masculino. A lógica patriarcal não cria somente famílias patriarcais, ela monta e remonta uma estrutura social de dominação, onde tanto a esfera pública quanto a esfera

privada delimitam seus contornos com base nessa lógica que tem como uma de suas características centrais a desigualdade de gênero derivadas de uma estrutura desigual de poder; segundo Bandeira (2014), “as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam a vida rotineira de pessoas.” (pg. 451).

No entanto é pertinente o reconhecimento da lógica patriarcal enquanto mecanismo de articulação e organização das famílias – e da importância destas para a reprodução das identidades de gênero e seus estereótipos, bem como da violência decorrente dessa imposição e padronização dessas identidades – mas também o quanto o campo de ação do patriarcado não se encerra somente na família.

A família acaba por representar um importante espaço, mas não único, de reprodução da lógica hegemônica - onde as desigualdades e opressões características e vitais para a dominação patriarcal vigente encontram campo fértil para se consolidarem – temos machismo, *lgbtphobia*, racismo, preconceitos diversos e opressões pautadas nas desigualdades de classe, raça e de gênero como motivadores centrais para a legitimação da violência contra os sujeitos e principalmente, contra as mulheres.

É por ser uma estrutura de dominação que a violência contra a mulher também se torna estrutural, para Bandeira (2014) “as instituições configuram-se em espaços privilegiados, onde os princípios da perpetuação da dominação masculina são elaborados e impostos”.

A superioridade do homem não reflete somente na relação entre homens e mulheres, é um poder que vai além. Incide também sobre as crianças e jovens de ambos os sexos, pois no homem adulto reside o poder de “regular” as relações, punir e determinar o que é aceitável. A ideia aqui não é a de focar em sujeitos, mas sim na estrutura, mostrando que é a figura do homem, do pai, do estereótipo do gênero masculino que estabelece o poder e a dominação sobre aqueles corpos mais frágeis e categorias “minoritárias” e oprimidas, como crianças, jovens e no caso da pertinência para este trabalho: mulheres.

É o que Saffioti (2001) chama de função patriarcal, onde “a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência.” (pg. 115) Por exemplo: por mais que uma mãe exerça uma ação de poder dentro de uma família e por consequência disso, faça uso da

violência com seus filhos, a estrutura social que legitima essa ação não é uma estrutura de dominação feminina que se expressa no caso por meio da violência, se trata sim de uma estrutura de dominação masculina que encontra vazão nas mãos daquela mulher e não de um homem.

No entanto, no exercício de se desvelar a estrutura, é importante que não se relativize a questão até o ponto que se perca o referencial material e objetivo sobre do que se fala, como no objetivo mais explícito para esta parte do trabalho: o de apontar e problematizar as violências que as mulheres sofrem, por “serem” mulheres, por meio de homens, que possuem respaldo nessa estrutura que lhes confere poder para violenta-las.

Como aborda Saffioti (2001): “As mulheres como categoria social não têm, contudo, um projeto de dominação-exploração dos homens. [...] o poder é atribuído a categoria social **homens**, podendo cada exemplar dessa categoria utilizá-lo ou não, ou ainda delega-lo.” (pg. 116). O que nos remete ao uso do conceito de “dominação simbólica” de Bourdieu (2009), onde a “ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica” (pg.18) que legitima a superioridade de um gênero com relação a outro e também e por consequência o exercício dessa superioridade quase que posta como condição natural por meio da violência.

Onde não só as ações dos indivíduos, mas as leis, a divisão sexual do trabalho, o racismo, os papéis pré-estabelecidos para os gêneros e os espaços de mobilidade e acesso permitidos à esses gêneros são distintos e justificados por um modo de pensar androcêntrico, que relega àqueles sujeitos “não homens” o espaço de desviante e subalterno com relação aquele tido como “natural”, que “não tem necessidade de se enunciar” (2009, pg. 18), tendo em vista sua já esperada presença, legitimidade e ação de poder frente à outros sujeitos, relações sociais, espaços e estruturas sociais.

A mulher colocada no lugar de dependente não tem a que ou a quem recorrer tendo em vista que ela não ocupa esse espaço porque um único homem específico a destina a ele; ela ocupa esse espaço porque a estrutura tira dela qualquer recurso e possibilidade alternativa a essa situação.

Presas aos estereótipos de gênero ou ao racismo intrínseco à construção das relações ou à desigualdade de classes e até à própria desigualdade na divisão social e sexual do trabalho – quando não aprisionada a todos esses elementos – à mulher não

resta chance de se reconhecer, pois seu lugar, sua vivência e sua subjetividade são sempre determinados pelo outro, pelo superior, pelo homem, pelo patriarcado.

São nas lutas e nas discussões acerca das violências e nas movimentações para mudar definitivamente a cultura que ofende, oprime, abusa e mata mulheres, que elas encontram a possibilidade de reconhecerem sua identidade e suas semelhanças com outras mulheres. É de se impressionar pensar sobre até que ponto não há nada que seja mais característico e que descreva mais o lugar no mundo reservado às mulheres do que a violência que elas sofrem.

Cabe a reflexão sobre o quão perversa é a lógica da dominação que elimina qualquer possibilidade de vivência minimamente digna para um grupo de pessoas tendo como objetivo a legitimação da vivência de um outro grupo de pessoas?

A construção do ser mulher é um processo que perpassa todas as relações sociais e dinâmicas de aprendizado as quais as pessoas estão sujeitas desde a infância. O processo de socialização se dá com base nas estruturas políticas e ideológicas que orientam a organização da sociedade; no caso da sociedade brasileira contemporânea, as mulheres são socializadas numa estrutura de relações patriarcais, machistas e racistas, onde as desigualdades de classe também formam o tecido de relações assimétricas construídas, estabelecidas e perpetuadas cotidianamente.

Frente à essa questão já abordada anteriormente neste trabalho, é necessário que se faça uma reflexão importante sobre o quanto é custoso às mulheres se desvencilharem dessas estruturas desiguais e violentas que as empurram constantemente pro lugar de subalternidade.

A desconstrução empreendida pelas mulheres que objetivam romper com o processo de dominação masculina e suas violências em suas vidas perpassa, principalmente, pelo exercício diário de se ler, reler e reconhecer sem as lentes que o patriarcado, o machismo e o racismo lhes deram a partir do momento que foram identificadas pelo gênero feminino.

Buscar superar os estereótipos de gênero, a padronização de um referencial de beleza e feminilidade, o reconhecimento e valorização de outras possibilidades de vivências diversas e inúmeras do “ser mulher” – possibilidades essas também apagadas

pela padronização, embranquecimento e objetificação dos corpos e vivências das mulheres, principalmente das mulheres negras – a violência física, no âmbito privado ou público, a violência moral, os abusos cotidianos, os medos de ser agredida, ameaçada, abordada e assassinada na rua, em casa, na igreja, na escola, faculdade, em qualquer lugar; são questões que custam a integridade física, a saúde mental e a estabilidade emocional das mulheres, pra dizer o mínimo.

O caminhar para essa lucidez pode passar pela subversão do que tem sido a construção do olhar da história, onde os/as oprimidos/as, derrotadas/os, frágeis, doentes, crianças, mulheres e velhas/os não têm tido voz. A violência contra as mulheres assenta também num olhar construído a partir de uma identidade social masculina [...] (MAGALHÃES, 2010. Pg. 92)

Neste sentido, percebemos que a mulher vem sendo socializada e vem se construindo historicamente no lugar do “outro”, do alheio, do destoante – situação que se mostra ainda mais perversa e com traços específicos e singulares quando associada à questão de classe e interseccionada com a questão de raça, no caso da vivência das mulheres negras.

Como é abordado por Marilena Chauí (1985), as mulheres são definidas “como seres para os outros e não como seres com os outros” (pg. 47). Para os outros porque tudo em suas vivências e construções são colocados de forma naturalizada – inclusive a violência à qual são submetidas cotidianamente – por aquele que ocupa o lugar privilegiado da dominação. E não é de se surpreender que essas atribuições impostas às mulheres servem única e exclusivamente para atenderem as necessidades daqueles que as nomeiam: os homens, o sistema de dominação patriarcal, o capitalismo.

Sujeitas à dominação masculina – que não somente relega às mulheres o lugar de subalternidade, mas também proporciona aos homens (brancos) o lugar de referência central, universal – as mulheres se tornam alvo. Neste espaço de “outro” ocupado pelas mulheres, se mostra difícil, mas não impossível, a construção de uma consciência enquanto sujeito livre das violências que são atreladas automaticamente à elas.

O oprimido, o violentado, o marginalizado, não se constroem nem se criam por si só, de forma autônoma. Se há um explorado, um dominado, um oprimido, a situação se dá porque antes daquele sujeito, há um opressor legitimado socialmente. Os

homens em sua maioria se recusam à rever seus privilégios e abrir mão do poder que esse lugar de dominação proporciona.

O trabalho de observar, lutar, desconstruir e reconstruir acaba sendo incoerentemente centralizado na resistência das mulheres (e das minorias em geral). No caso deste trabalho, fica explícita aqui a intenção de pontuar a urgência da desconstrução do homem branco de seu lugar de privilégio e dominação, a problematização constante da masculinidade hegemônica que socializa meninos para serem machos dominantes.

Invalidam vivências, silenciam vozes e experiências, deslegitimam conhecimentos, enfraquecem a autoestima e capacidade de autoconhecimento, auto percepção e auto reconhecimento das mulheres. Todas as mulheres estão sujeitas à essa dominação, mas essa dominação e violências adquirem contornos próprios e características mas ou menos marcantes e relevantes à depender do contexto em que aquela mulher está inserida e os outros determinantes e situações que serão vivenciadas por cada mulher, principalmente em contextos racistas e também periféricos, que dão formas próprias às vivências cotidianas das mulheres, e que obviamente marcam fortemente a vivência da mulher brasileira.

É importante, portanto, que mecanismos de desconstrução da lógica que impõe o que é ser mulher sejam cada vez mais evidenciados, apresentando as possibilidades ainda existentes para que as mulheres, por meio de suas reflexões acerca de sua condição e da condição daquelas que a cercam, possam efetivar mudanças no que for possível a elas, a partir da ação de luta que realiza na sociedade modificações concretas, bem como é importante que se aponte sempre a necessidade da desconstrução do opressor e do seu espaço de superioridade.

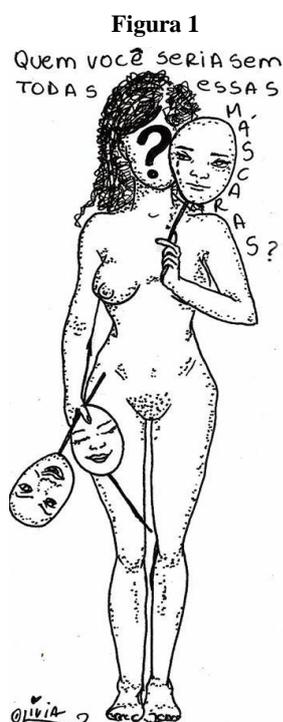
Capítulo 3 – As Artes

A proposta deste capítulo é de apresentar a arte como possibilidade. Não é o objetivo deste trabalho depositar nem na expressão e produção artística, nem nas próprias mulheres, toda a responsabilidade e potencialidade de operar uma mudança estrutural da sociedade; nem é o objetivo também condicionar a arte como tarefa obrigatória à todas as mulheres, participantes ou não do movimento feminista.

O objetivo aqui é apontar que a arte pode e vem sendo utilizada com a intenção de se fazer um enfrentamento aos elementos que acompanham as identificações do gênero “feminino”, principalmente ao quanto essas mesmas identificações e as relações estabelecidas tendo como referencial esses estereótipos são violentas e reproduzidas por meio de violência.

Nesse sentido, Magalhães (2010) traz que “as imagens, pinturas, cartazes, performances podem, para além de proporcionar uma experiência estética, contribuir para a desconstrução do sujeito dominador masculino” (pg. 90), o que apresenta outra perspectiva encorajadora acerca do uso da arte no enfrentamento às violências contra as mulheres.

Faz-se necessário pontuar que o posicionamento exposto neste trabalho não significa o não reconhecimento da importância de que outras ações também integrem a luta feminista e façam esse enfrentamento e problematização, e que também proponham soluções, com o objetivo de dismantelar a lógica de dominação patriarcal e acabar definitivamente com as desigualdades de gênero, raça, classe, sexualidade e todas as outras existentes.



Autora: Olívia. Fonte: Página do Facebook

Arte aqui é encarada como válvula de escape, alternativa, possibilidade de construção de uma análise crítica sobre a dominação patriarcal, as desigualdades de classe, o racismo, o sexismo, a *lbtqfobia*⁷, gordofobia e as violências decorrentes e inerentes à sociabilidade contemporânea, expressas seja nas relações domésticas e de intimidade, seja nas relações sociais em geral.

3.1 O potencial político da arte na superação das violências

Todos os fatores já comentados anteriormente neste trabalho – que são determinantes e característicos das relações sociais brasileiras contemporâneas – não podem ser ignorados, e reconhece-los colabora com a compreensão

⁷ Referente ao preconceito, discriminação, marginalização, silenciamento, apagamento e violência às quais estão sujeitas as mulheres lésbicas, bissexuais e a população trans.

do caráter processual e histórico que uma mudança social empreendida pela luta de movimentos sociais organizados possui, principalmente quando protagonizada por minorias historicamente marginalizadas e violentadas, como é o caso das mulheres.

Nesse sentido, é importante a reflexão sobre o quanto “ser” mulher está condicionado ao olhar e violência do sujeito dominador e da estrutura que legitima e alimenta essa dominação.

A imagem acima (Figura 1) ilustra essa questão do sujeitamento compulsório da mulher ao olhar do outro e a forma como esse olhar se manifesta a depender da sexualidade, da raça, da classe social e de tantos outros fatores. Essa característica da construção da vivência enquanto mulher, sempre condicionada ao olhar dominador, colonizador e opressor acaba por representar, também, uma das modalidades de violência que o sistema de dominação impõe às mulheres.

Também nesse sentido, surge a possibilidade de analisar a arte como meio de interferir na construção de uma história, cultura e até mesmo no conhecimento formal, que tem ainda hoje em suas bases de legitimação e avaliação parâmetros androcêntricos de referência na branquitude. Pensando essa questão, Rodrigues e Botelho (2011) trazem que:

A presença das mulheres negras na história do Brasil e na história da arte brasileira foi em sua grande parte como objetos a serem retratados, descritos, ilustrados muitas vezes com o véu da exotização a respeito de suas formas fenotípicas ou na criação de valores a respeito de suas condutas. (pg. 5)

Assim, é válido pensar o significado dessa violência para o processo de socialização das mulheres e o quanto a arte e a produção artística podem contribuir com a desnaturalização dessa lógica que subjulga, violenta e explora mulheres; podendo modificar a cultura, ressignificar relações, questionar determinados parâmetros morais e trazer novos valores para a dinâmica da vida cotidiana.

Como coloca Luana Tvardovskas (2011):

é bem sabido que onde há poder, há também resistências, e o campo artístico é um dos lugares de crítica contundente à misoginia. Mulheres artistas intervêm de modo radical, mas também lúdico e irônico nesses enunciados sociais e propõem um novo pensar sobre os lugares do feminino e do masculino na atualidade. (Pg. 1)

Figura 2



Autora: Rosana Paulino

Ainda nesse sentido e lembrando o debate acerca de gênero e raça, apontamos a consideração de Carneiro (2003), acerca da importância do movimento contemporâneo de mulheres negras no sentido da reconstrução e reafirmação das identidades das mulheres negras, como pertinente para pensarmos também a importância da arte das mulheres

negras para a construção dessa luta:

“Esse novo olhar feminista e anti-

racista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra.” (pg. 2)

“Eu entendi seu livro, eu entendi sua língua / Agora minha língua,
minha rima eu faço Eu já me fiz sozinha / E eu tenho mais palavras /
Da boca escorrendo / Cê disse que tá junto e eu continuo escrevendo

A planta é feminina, a luta é feminina / La mar, la sangre y mi
América Latina / O meu desejo é que o seu desejo não me defina / A
minha história é outra / Tô rebobinando a fita

Salve! Negras dos sertões, negras da Bahia / Salve! Clementina, Leci,
Jovelina / Salve! Nortistas, caribenhas, clandestinas / Salve! Negras da
América Latina” (OLÉRIA, Ellen. Antiga Poesia)

Busca-se apontar aqui a coerência do uso da arte como ferramenta não de produção estética legitimada formalmente pelo espaço e conhecimento institucional; mas sim e principalmente, como ferramenta de discussão e conscientização política, acreditando ser um este caráter intrínseco à qualquer tipo de arte; o que possibilita que esta expresse e reproduza tanto a lógica de desigualdades quanto a lógica de questionamento, resistência e subversão dessas desigualdades.

Tvardovskas (2011) à luz de Griselda Pollock traz a caracterização da arte como um “conjunto de práticas significantes que produzem significados e que intervêm ativamente para as definições da categoria ‘mulher’”. Assim, a autora evidencia o potencial da arte no sentido de promover também “transformação dos enunciados

patriarcais, já que o próprio patriarcado pode ser compreendido como uma rede de relações psicossociais que define as diferenças sexuais, mas que pode ser modificada”. (pg. 6).

“Andando na rua de noite muita gente branca já fugiu de mim / A minha ameaça não carrega bala, mas incomoda o meu vizim / O imaginário dessa gente dita brasileira é torto / Grita pela minha pele qual será o meu fim” (OLÉRIA, Ellen. Testando. 2009)

De acordo com Augusto Boal (2013), a arte é uma das possibilidades de manifestação da cultura, sendo expressão máxima e de maior importância da mesma. Cultura é produção humana, segundo o autor, “a reflexão do ser humano sobre si mesmo, sobre o mundo, e sobre o que faz nesse mundo”.

Logo, cultura é o que se cria quando se existe, e é determinado pelo que está em torno dos sujeitos. Arte como expressão máxima da cultura possui em si também, a possibilidade de modificar aspectos do que está a sua volta. A construção da cultura já é por si só um processo que assim como a história, é não linear.

Ao observarmos a arte produzida, é possível perceber a expressão da cultura, bem como os símbolos, valores, ideologias que ela expressa e reproduz, logo, a arte pode evidenciar aspectos da realidade vivida. Podemos perceber o machismo, o racismo e diversos tipos de opressões e manifestação de desigualdades por meio da cultura, que se expressa também na arte. Tendo em vista essa possibilidade da arte, também podemos fazer com que ela, por mais que reflita também uma cultura que é construída nos moldes da dominação patriarcal e da exploração capitalista, aborde temáticas feministas, subversivas, periféricas, libertárias.

“A baixa auto-estima da Dona Maria / Da sua prima, da sua filha e sua vizinha / Isso me intriga, isso me instiga / E cê não entendeu o que significa feminista / Esquento a barriga no fogão, esfrio na bacia / Cuido do filho do patrão, minha filha tá sozinha” (OLÉRIA, Ellen. Antiga Poesia)

A arte possibilita a reflexão e o ensaio de uma “nova” realidade decorrente dessa reflexão, o vislumbre de outras formas de organização e vivência, a expressão de pessoas subalternizadas e violentadas. A arte pode dar voz à periferia, à população negra, às mulheres. Promove modificações no meio urbano, nas ruas e muros; produz música, texto, imagem, cultura, que identificam realidades abafadas pelo padrão

hegemônico, heteronormativo, patriarcal, sexista e racista; que é reproduzido na dinâmica da vida cotidiana, mas que nunca foi nem será definitivo, por mais que os mecanismos de poder e manutenção da lógica das desigualdades insista no contrário. “Isto é a Cultura, acabar com as tradições malsãs criando novos caminhos” (BOAL, 2013).

É interessante também para a análise dessas questões a reflexão sobre o papel e a importância da arte num contexto periférico – onde a desigualdade de gênero também se mostra presente e a vivência da desigualdade de raça se torna ainda mais concreta e latente, principalmente na relação com os espaços “não periféricos” e de exploração de trabalho da sociedade – e para as mulheres inseridas neste contexto.

Ao mesmo tempo em que a arte mostra sua possibilidade de construção de uma cultura própria para determinada comunidade, aborda também a possibilidade da identificação da mulher periférica com essa cultura e a sua socialização junto à mesma. Essa cultura produzida ali e que reproduz relações sociais e dinâmicas de vida não necessariamente hegemônicas pode fortalecer e aquela comunidade e as pessoas que ali vivem, o que pode proporcionar maior autonomia numa construção própria de identidade, símbolos e valores legitimados nas relações sociais daquele contexto, e também mudanças concretas na vivência daquela população e daquelas mulheres, obviamente.

Importante considerar também que essas possibilidades apontadas não ocupam o papel de revolucionar por si só toda uma estrutura de violência. Essa cultura produzida fora do circuito hegemônico burguês pode reproduzir também a lógica de dominação e desigualdade de gênero e raça em contextos marginalizados da sociedade, contraditoriamente a estrutura de dominação executada pela camada social mais alta da sociedade (que é a principal beneficiada das desigualdades sociais em geral) pode ser encontrada também, em outras expressões, nos contextos sociais e nas vivências daquelas que são as maiores prejudicadas.

Como aborda Mônica Rodrigues da Costa (2013) em estudo que buscou analisar as relações de gênero dentro do movimento Hip Hop do Recife-PE, foi possível observar ao longo de sua pesquisa e nas entrevistas com as meninas e mulheres que integram o referido movimento que, “os jovens homens do movimento hip hop e as

famílias das jovens mulheres tendem a reproduzir a cultura política hegemônica, que vincula o doméstico ao feminino e a rua ao masculino.” (pg. 5)

A autora aponta para as dificuldades das jovens do movimento de se articularem e construírem uma participação efetiva e constante no mesmo, tendo em vista que o movimento Hip Hop tem por característica a sua manifestação na rua, no espaço urbano e público.

Segundo Costa (2013), as meninas do movimento – devido a socialização que recebem por viverem numa sociedade caracterizada também pela desigualdade de gênero e pela restrição da mobilidade das mulheres (ainda mais das mulheres negras) nos espaços de socialização e vivência – percebem uma maior dificuldade de ocupar esses espaços públicos, o que relembra a discussão já feita aqui sobre o que representa e significa para a sociedade e para as próprias mulheres suas existências fora do ambiente doméstico e privado da sociedade de dominação patriarcal.

É o objetivo considerar aqui, no entanto, que o processo de construção de uma

Figura 3



Fonte: Projeto “Outras Meninas”

cultura num contexto coletivo, que admite a processualidade histórica e suas contradições inerentes e principalmente o questionamento dessas contradições, abre espaço também para que relações de dominação, discriminação e violência sejam substituídas por relações sociais mais igualitárias o quanto é possível.

A arte pode tanto contribuir com o processo de produção e reprodução dos valores que legitimam as violências contra as mulheres como pode contribuir

com o processo de desconstrução desses valores e símbolos associados aos estereótipos das identidades de gênero e que compõem a grande teia de desigualdades que permeia as relações sociais atualmente.

Nesse sentido, é possível observar também que:

A partir de uma variedade de processos artísticos, em que a reflexão individual e coletiva tem um espaço importante na formação das jovens e dos jovens, é possível desafiar os papéis de gênero e, desta forma, serem desconstruídos os fundamentos principais da violência. (SEIXAS; MAGALHÃES; GRADÍSSIMO, 2010. Pg. 4)

A questão é que, observar o uso da arte na periferia e o desenvolvimento da mesma nestes contextos sociais de marginalização e vulnerabilidade, nos faz refletir sobre o caráter transformador e revolucionário da prática e produção artística na vida das mulheres, pois promove a possibilidade da construção autônoma de identidades, o resgate de uma auto percepção e auto estima, a ampliação da consciência de coletividade e do próprio reconhecimento das próprias particularidades daquela mulher e daquelas que estão inseridas no “mesmo” contexto social (que pode ser um contexto que enquadra a desigualdade de gênero, ou a desigualdade de raça, ou a de classe, ou as três concomitantemente e outras).

*(...) Sem querer o que tem dentro de mim se mistura com o que me envolve. É por isso que desejo tanto os dias em que sou grata pela casa onde habito, de pele, carne, gordura, ossos, pêlos, curvas, manchas, marcas. Porque sei que lá no fundo, eu estou segura em ser quem sou, apesar do que dizem e do que esperam.*⁸

A partir da produção artística temos a criação de cultura, de história e de memória. O fortalecimento de vínculos, e ao menos a possibilidade do surgimento da ambição por uma mudança social, o que evidencia o caráter político da arte abordado neste trabalho.

Importante também que se leve em consideração o fato de que “não é possível falar em uma “arte de mulheres” como uma categoria ideológica unitária, sendo imprescindível o exercício historiográfico para a compreensão do lugar ocupado pelas mulheres artistas no processo histórico” (TVARDOVSKAS, 2011. Pg. 6)

A arte pode provocar a criação de uma nova narrativa a respeito de uma determinada realidade e possibilita a criação de novas leituras que partem das mulheres sobre si mesmas e sobre outras mulheres, entendendo os sujeitos num nível singular, particular e universal.

⁸ Trecho do depoimento utilizado pela autora do projeto “Outras Meninas” para a execução da ilustração (Figura 3).

3.2 Mulheres e Artistas

Para retirar do campo da ideia e apresentar de forma concreta esse potencial da arte na vivência das mulheres, foram recolhidos de forma direta alguns depoimentos de mulheres artistas que produzem ou já produziram arte com o intuito de abordar a temática de violência contra as mulheres. Não serão apresentados todos os depoimentos em sua integridade⁹, os recortes que foram feitos servem para reiterar a proposta do trabalho e a contextualização acerca de gênero e violências abordados desde o primeiro capítulo.

Serão também apresentadas aqui algumas obras das entrevistadas, trechos de textos e músicas, que colaboram com a proposta deste trabalho e encorajam as mulheres que a ele tiverem acesso, a se reconhecerem nos depoimentos e produções artísticas das participantes, fazendo assim com que até aqui a arte produza seu efeito político, de conscientização e fortalecimento das variadas manifestações do movimento feminista e suas lutas.

A arte pode ambicionar mudanças tanto a nível individual quanto coletivo, através de seu caráter histórico e político. Possibilita, mesmo que momentaneamente, o acesso ao próprio corpo, à mente, a uma auto percepção livre – até onde é possível – da subalternidade que relega a mulher e sua vivência à violência.

A autora do projeto “Outras Meninas” realiza ilustrações diversas usando como base os depoimentos e fotos de mulheres que lhe escrevem contando de suas histórias. Sobre a influência da arte em sua vivência enquanto mulher, ela pontua:

Eu não estou certa que tenha influenciado como mulher até o projeto outras meninas, que daí sim me fez repensar muito conceitos e preconceitos que tinha até então.

A abordagem de seu trabalho é variada, tendo em vista a multiplicidade de questões e temáticas que as próprias mulheres retratadas por ela abordam nos depoimentos, no entanto, a artista considera que seu trabalho:

⁹ Esses estarão disponíveis na parte de ANEXO ao final do trabalho.

gira em torno da autoimagem e as neuroses que acabamos por desenvolver com nossa aparência, por conta de modismos e imposições sociais.

Sobre o impacto de sua arte na vida de outras mulheres, a autora do projeto

Figura 4



Fonte: Projeto “Outras Meninas”

“Outras Meninas” considera que:

uma arte bem realizada incita a reflexão das pessoas e se auto-avaliar, avaliar o seu entorno, é essencial para viver bem e feliz, fugindo de reproduzir padrões apenas por força de hábito.

“Eu? Eu não domino a esgrima / Mas minha palavra, a minha palavra, a minha palavra é afiada e contamina / Minha ginga, meu jeito, minha voz que vem do gueto / Minha raça, minha cara, tua cara à tapa / O meu cabelo crespo / Não ponho na chapa, aguenta minha marra / Teu cartão não me paga / Minha ancestralidade no peito eu não tô te vendendo” (OLÉRIA, Ellen. Testando. 2009)

[...] Ainda passo por preconceitos no ônibus, entre os olhares tortos dos vizinhos e dos vendedores nas ruas. Até na universidade! Sinto o peso, e o orgulho de me assumir finalmente como negra, de aceitar meu corpo, das minhas descendências... sim!

Ah! Axé pra todxs!¹⁰

A arte proporciona também – no campo da autonomia e do empoderamento – a auto representação, onde a mulher pode se redefinir e reescrever com base em novas lentes de análise sobre o que significa ou não “ser mulher”.

¹⁰Trecho do depoimento utilizado pela autora do projeto “Outras Meninas” para a execução da ilustração (Figura 4).

A autora da página do Facebook “Representativid’arte” (Figura 5) traz como proposta – em suas próprias palavras – “*representar mulheres fora do padrão*”, onde sua própria vivência a influencia diretamente nas produções artísticas, pois é também, assim como as mulheres que costuma representar em seu trabalho “*uma mulher gorda*”.

Seu projeto, que começou sem maiores pretensões de se tornar um projeto de fato, ganhou espaço e aumento de popularidade após a autora – que lamenta no início de sua trajetória artística ter tido como referencial apenas o trabalho de artistas homens – ser motivada pelas amigas que eram representadas em suas ilustrações a criar uma página na rede social.

Nas palavras da autora:

eu comecei o Representativid'arte, para representar na arte as mulheres que nunca são pintadas ou desenhadas, também para desmitificar que as mulheres gordas não são lindas nuas. Somos todas Deusas.

Quando questionada acerca da temática de violências contra as mulheres em seus trabalhos, a artista considera que:

Acho que a minha arte tem sim a ver com a temática da violência contra a mulher, só que mais indiretamente. A violência da gordofobia e violência estética em geral, que milhares de mulheres sofrem diariamente, sendo excluídas de rodas de amigos, de empregos, da sociedade.

A artista por detrás da página do Facebook “Olívia” (Figura 6), assina com o mesmo nome suas obras que vão desde ilustrações em papel até “*arte de rua, graffiti, pixo, intervenções artísticas, poesia, manguieio e música*”.

Para Olívia, sua vivência enquanto mulher é determinante para sua arte e para o caráter político que a mesma carrega – abordando com frequência a imagem feminina e

Figura 5



Fonte: Projeto “Representativid’arte”

a desconstrução dessa imagem, tirando-a de um padrão estético hegemônico – Olívia conta que estão presentes em sua arte elementos que remetem à agressões que ela mesma e também amigas já sofreram. Em suas palavras:

Não há quase nada que eu produza que eu não tenha vivenciado de uma forma física ou emocional.

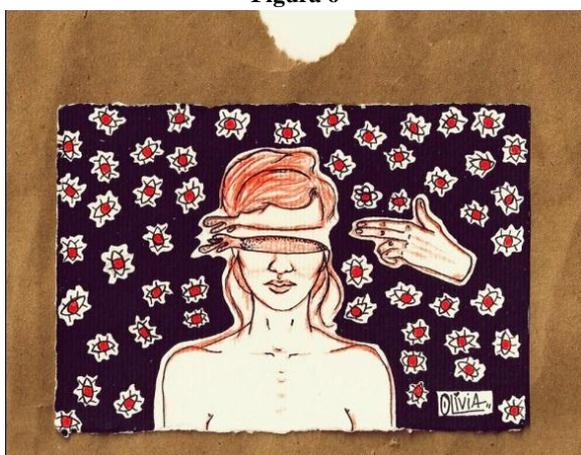
Quando questionada sobre como sua vivência enquanto mulher influencia em sua produção artística, ela responde:

Tudo influencia, eu só desenho mulheres e só me identifico com o traço do corpo feminino, então acredito que em tudo.. Sem medida pra descrever o quanto ser mulher já é complexo e difícil, artista e mulher é um combo de subversividade.

Sobre o impacto de sua arte na vida de outras mulheres, Olívia considera:

tento ser clara e breve, e demonstrar o poder enquanto mulher; temos de nos unir para termos mais autonomia e direito de ir e vir sem medo, sem ansiedade, sem crueldade..

Figura 6



Autora: Olívia – Fonte: Página do Facebook

A arte também pode apresentar críticas à sociedade, suas estruturas de dominação e violências, na tentativa de evidenciar, denunciar e desnaturalizar. Mostra que a violência silencia, enfraquece, espanca, abusa e mata e que isso se manifesta de inúmeras formas.

“Esse carinho morno / Que me dás de repente / Vai te doer um mundo / Minha querida/ Você é culpada / Do mal permanente / Que te causo / Como sinal de meu amor profundo/ Me agradeça / Essa mentira doente / Que poluiu nossos segundos / Te levou pro fundo / Eu não posso te deixar, te deixar/ Querida minha/ Te levarei junto / Disse o assassino / Com aplausos do público” (BUHR, Karina. Esôfago. 2015)

Carol Rossetti – dona e autora das obras que ilustram a página do Facebook que carrega seu nome – criou o projeto “Mulheres” (Figura 7) de forma despretensiosa para integrar seu portfolio de ilustrações. No entanto, o projeto ganhou notoriedade e teve grande repercussão não só na rede social, mas na mídia em geral.

Segundo Carol Rossetti, a arte se faz tão presente em sua vida que é influenciada por todos os aspectos de sua identidade, inclusive seu gênero. Em parceria com a ONU Mulheres, a artista produziu uma cartilha de enfrentamento à violência contra as mulheres em âmbito doméstico¹¹, “experiência riquíssima que gerou um trabalho muito importante sobre o tema” segundo ela.

Sobre o impacto de seu trabalho na vida de outras mulheres, Carol Rossetti comenta:

Espero que meu trabalho toque mulheres de várias formas, tanto pela questão do feminismo, da união feminina, da identificação, da representatividade e da luta por direitos humanos quanto pela expressividade, que ocorre mesmo em projetos sem um viés explicitamente feminista. Espero que meu trabalho inspire outras mulheres a se expressarem e encontrarem sua própria forma de lutar por um mundo melhor, seja através da arte ou não.

Figura 7



Autora: Carol Rossetti – Projeto “Mulheres”

Pode-se perceber então que a arte fortalece a comunicação entre as mulheres e com o reconhecimento das diversas possibilidades de vivência que englobam o “ser mulher”; o que pode inclusive colaborar com a problematização e posterior fim de uma universalização da luta feminista e do que é tido como experiência de vivência de uma mulher, retirando a centralidade do referencial de feminismo nas experiências europeias e norte americanas, de mulheres brancas e de classe média (Figura 8).

¹¹ Disponível em: < <http://www.carolrossetti.com.br/#!vamos-conversar/f506t> >



Autora: Negahamburger

Reconhecendo que o feminismo negro, o feminismo periférico, o transfeminismo, o feminismo islâmico, o feminismo latino, o feminismo cigano dentre tantos outros, não representam exceções nem adendos, mas sim experiências diversas do “ser” mulher e por fim, reconhecendo também o potencial de revolução das ações feministas e de mulheres que tem como objetivo romper com a dominação, exploração e violências que ainda são condicionados às vivências das mulheres.

Considerações Finais

Pensar o tema de arte, gênero e violência traz à tona possibilidades de análise da vida social e de vivência para as mulheres que vislumbrem possibilidades de transformação de uma sociedade pautada na desigualdade, como é o caso da sociedade brasileira. As mulheres artistas encontram em sua própria vivência o impulso para a busca de mudança, e por meio do processo de olhar para si e olhar seu entorno, pode se recriar a partir de sua própria perspectiva, colaborando para que outras mulheres que estejam em situação semelhante se reconheçam em sua luta.

Entender a identidade de gênero “mulher” e tudo que ela significa, já é por si só revelador e empoderador. Traduzi-la com o objetivo de identificar as estruturas que sustentam a lógica binária de gênero e por consequência as violências inerentes à perpetuação dessa lógica, chama a atenção para as diversas dinâmicas e espaços da vida social que necessitam ser transformados a fim de se fazer surgir uma sociedade cada vez menos pautada em violências, dominação e desigualdades.

Este trabalho buscou apresentar brevemente e de forma sucinta o início da aproximação com a temática da produção artística e seu uso para o enfrentamento das violências contra as mulheres, não esgotando obviamente o tema em questão e nem mesmo todas as possibilidades de análise que ele apresenta.

Foi feito um esforço para que a discussão de gênero fosse profunda o suficiente para que tornasse compreensível a perspectiva da autora acerca desse conceito tão complexo, sem que se perdesse o fio condutor do trabalho. Também foram abordadas algumas críticas à construção do movimento feminista brasileiro, o que abriu espaço para evidenciar a pertinência do debate acerca das desigualdades de raça e de classe para a construção de uma análise realmente coerente acerca das múltiplas possibilidades de vivências das mulheres, bem como das violências que estas sofrem.

A partir dos depoimentos das participantes, foi possível confirmar a hipótese inicial da pesquisa de que a arte pode ser utilizada como instrumento de enfrentamento às violências contra as mulheres. Onde também se fazem perceber as possibilidades da produção e da experiência artística no exercício diário das mulheres de enfrentar a estrutura que reforça cotidianamente seu lugar de subalternidade, e na luta por mudanças numa sociedade onde cada uma e todas elas sejam, a seu modo, livres.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, Lina Alves; COUTO, Maria de Fátima Morethy. **Ativismo artístico: Engajamento político e questões de gênero na obra de Barbara Kruger.** Estudos Feministas, 2011, p. 389-402.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação.** Sociedade e Estado, v. 29, n. 2, 2014, p. 449-469.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade de Brasília – Brasília, 2003, 250 pg.
- BIROLI, Flávia. **Família : novos conceitos** – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2014, 86 pg.
- BOSI, Alfredo. **Reflexões sobre a arte.** 7.ed. – São Paulo: Ática, 2000, 80 pg.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução Maria Helena Kühner. – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, 160 pg.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero.** In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, p. 49-58.
- CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectivas antropológicas da mulher 4** – Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A, 1985, p. 25.
- COSTA, Mônica Rodrigues. **As sutilezas de gênero: a arte no enfrentamento das desigualdades.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013, p. 1-12.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3.ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010, 296 pg.
- DINIZ, Debora. **Perspectivas e articulações de uma pesquisa feminista.** Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas, 2014, p. 11-21.

FRASER, Nancy. **Feminismo, capitalismo e a astúcia da história**. Mediações, vol. 14, n. 2, jul.-dez.2009. Londrina: UEL, 2009, p. 11-33.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília: ANPOCS, 1983, p. 223-244.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo social, v. 26, n. 1, 2014, p. 61-73.

JACCOUD, Luciana. **O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial**. In: THODORO, Mário (org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008. p. 131-166.

KERNER, Ina. **Tudo é interseccional? : Sobre a relação entre racismo e sexismo**. Novos Estudos-CEBRAP, n. 93, 2012, p. 45-58.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, Feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão**. Revista Katálysis. Florianópolis v. 13 n. 1, jan./jun. 2010, p. 66-75.

MAGALHÃES, Maria José. **A arte e violência no olhar: Ativismo feminista e desconstrução da violência contra as mulheres**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 89, 2010, p. 89-109.

MATOS, Vanessa Cristina Santos. **Um estudo histórico das relações de gênero e classe**. Saber Acadêmico, n. 7, p. 57-73, 2009.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa**. Psicologia & Sociedade, v. 18, n. 1, 2006, p. 49-55.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. **Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler**. Revista Estudos Feministas. 2002, vol.10, n.1, p.155-67.

RODRIGUES, Juliana; BOTELHO, Denise. **Produção artística de mulheres negras na formação da arte contemporânea brasileira, e as produções das artistas**

plásticas Rosana Paulino e Yêdamaria. In: Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. 2011, Bahia. p. 1-14.

SAFFIOTI, Heleieth. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** Cadernos pagu, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. Pg. 183.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória.** Estudos feministas, 2004, p. 35-50.

SEIXAS, Ana Paula Canotilho de; MAGALHÃES, Maria José; GRADÍSSIMO, Alice. **Prevenção da violência de gênero: arte como ferramenta para a mudança social e consciência colectiva.** In: Fazendo gênero 9 – Diásporas, Diversidade, Deslocamentos. 2010, p. 1-7.

SILVEIRA, R. S.; NARDI, H. C. **Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha.** Psicologia & Sociedade, 26(n. spe.), 2014, p. 14-24.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam.** – Porto Alegre: Penso, 2011. 263 pg.

TVARDOVSKAS, Luana Saturnino. **Teoria e Crítica Feminista nas Artes Visuais.** In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011, p. 1-16.

BOAL, Augusto. O que é a cultura? Publicado em: 05/08/2013. Disponível em: <<https://institutoaugustoboal.org/2013/08/05/o-que-e-a-cultura-por-augusto-boal/>> Acesso em: 09 de Junho de 2016.

Nicholas. Por um diálogo de “passabilidade”, visibilidade e protagonismo dentro da comunidade trans. Publicado em 03 de Junho de 2015. Disponível em: <http://transfeminismo.com/por-um-dialogo-sobre-passabilidade-visibilidade-e-protagonismo-dentro-da-comunidade-trans/#_ftnref> Acesso em: 09 de Dezembro de 2015.

Trans* como termo guarda-chuva. Atualizado em Fevereiro de 2013. Disponível em: <http://transfeminismo.com/por-um-dialogo-sobre-passabilidade-visibilidade-e-protagonismo-dentro-da-comunidade-trans/#_ftnref> Acesso em: 09 de Dezembro de 2015.

Hailey. Quatro anos após conceituar cissexismo: conquistas e desafios. Publicado em 30 de Junho de 2015. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/quatro-anos-apos-conceituar-cissexismo-conquistas-e-desafios/>> Acesso em: 09 de Dezembro de 2015.

Viviane v. Marcha das Vadias de salvador contra a transfobia. Publicado em 15 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/marcha-das-vadias-de-salvador-contr-a-transfobia/>> Acesso em: 09 de Dezembro de 2015.

O que é cissexismo? Disponível em: <<http://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/>> Acesso em: 10 de Dezembro de 2015.

NEGAHAMBURGUER. **Figura 8**. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/olanegahamburger/photos/a.169510973196437.39658.169501423197392/461657037315161/?type=3&theater>> Acesso em: 12 de Junho de 2016.

OLÍVIA. **Figura 1**. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/arteolivia/photos/a.146727608830933.1073741833.146461675524193/212588352244858/?type=3&theater>> Acesso em: 12 de Junho de 2016.

OLÍVIA. **Figura 6**. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/arteolivia/photos/a.146727608830933.1073741833.146461675524193/217207108449649/?type=3&theater>> Acesso em: 12 de Junho de 2016.

OUTRAS MENINAS. **Figura 3**. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/outrasmeninas/photos/a.1552567025023553.1073741828.1552560668357522/1712042382409349/?type=3&theater>> Acesso em: 12 de Junho de 2016.

OUTRAS MENINAS. **Figura 4**. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/outrasmeninas/photos/a.1552567025023553.1073741828.1>

[552560668357522/1679325519014369/?type=3&theater](https://www.facebook.com/representatividadearte/photos/a.552560668357522/1679325519014369/?type=3&theater)> Acesso em: 12 de Junho de 2016.

PAULINO, Rosana. **Figura 2.** Série Bastidores, 1997, imagem transferida sobre tecido, bastidor e linha de costura, 30cm. Disponível em:

<<http://www.rosanapaulino.com.br/galeria/>> Acesso em: 12 de Junho de 2016.

REPRESENTATIVID'ARTE. **Figura 5.** Disponível em:

<<https://www.facebook.com/representatividadearte/photos/a.314810308698402.1073741828.314805252032241/508887452624019/?type=3&theater>> Acesso em: 12 de Junho de 2016.

ROSSETTI, Carol. **Figura 7.** Projeto “Mulheres”. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/carolrossettidesign/photos/a.628817283904485.1073741840.562486247204256/734386960014183/?type=3&theater>> Acesso em: 12 de Junho de 2016.

BUHR, Karina. **Esôgafo.** In: Selvática, 2015.

OLÉRIA, Ellen. **Antiga Poesia.**

OLÉRIA, Ellen. **Testando.** In: Peça, 2009.

ANEXOS

DEPOIMENTO 1 – Olívia

1- Fale brevemente da sua experiência/trajetória artística.

Desenho desde sempre, aos 16 minha vertente se virou para arte de rua, graffiti, pixo, intervenções artísticas, poesia, mangueio e música.

2- Como a arte influencia sua vivência enquanto mulher?

Acho que se não fosse mulher nem seria.. Tudo influência, eu só desenho mulheres e só me identifico com o traço do corpo feminino, então acredito que em tudo.. Sem medida pra descrever o quanto ser mulher já é complexo e difícil, artista e mulher é um combo de subversividade.

3- Como sua vivência enquanto mulher influencia na sua produção artística?

Em tudo que faço, minha produção é totalmente vinculada ao meu cotidiano vivenciado na rua, trabalho, família, amigos. Não há quase nada que eu produza que eu não tenha vivenciado de uma forma física ou emocional.

**4- Você já produziu arte motivada pela temática de violência contra a mulher?
Comente essa experiência.**

Sim. Agressões que sofri, que amigas sofreram e casos de repercussão nacional e participei de um ato de 8 de maio contra a violência doméstica feminina produzida pela avon graffiti, e entre um dos artistas havia um agressor, transfóbico. E o ganhador do "concurso" foi um homem.

5- De que forma você acredita que sua produção artística pode impactar na vida de outras mulheres?

Não sei.. De primeiro momento, não sei.. Mas tento ser clara e breve, e demonstrar o poder enquanto mulher temos de nos unir para termos mais autonomia e direito de ir e vir sem medo, sem ansiedade, sem crueldade..

6- Fale brevemente sobre as mulheres que influenciam e inspiram a sua vivência enquanto mulher e/ou artista.

Magrela, Ju Borgê, Siren, Frida Kahlo, Giul Lim, Clara Nunes, Glória Gadelha, Cora Coralina, Minha mãe. E outras mil, sou grata por todas elas que me ensinaram muito do que é ser, ser e é.. Não sei explicar o poder disso, só flui, é natural.

DEPOIMENTO 2 – Projeto “Outras Meninas”

1- Fale brevemente da sua experiência/trajetória artística.

Sou formada em design gráfico pela UDESC, onde leciono atualmente, e comecei a trabalhar como freelancer desde 2007. Meus projetos focam em editorial e ilustração.

2- Como a arte influencia sua vivência enquanto mulher?

Eu não estou certa que tenha influenciado como mulher até o projeto outras meninas, que daí sim me fez repensar muito conceitos e preconceitos que tinha até então.

3- Como sua vivência enquanto mulher influencia na sua produção artística?

Considerando que a mulher em si é minha inspiração, eu diria que bastante hauaua

4- Você já produziu arte motivada pela temática de violência contra a mulher?

Depende o que tu considera violência, mas a minha temática gira em torno da autoimagem e as neuroses que acabamos por desenvolver com nossa aparência, por conta de modismos e imposições sociais. Foi uma experiência ótima, que me fez repensar minhas decisões e como me vejo. Foi ótimo trocar experiências nesse sentido com outras mulheres.

5- De que forma você acredita que sua produção artística pode impactar na vida de outras mulheres?

Acredito que uma arte bem realizada incita a reflexão das pessoas e se auto-avaliar, avaliar o seu entorno, é essencial para viver bem e feliz, fugindo de reproduzir padrões apenas por força de hábito.

6- Fale brevemente sobre as mulheres que influenciam e inspiram a sua vivência

Não conheço meu pai, então a presença feminina sempre foi muito forte pra mim, com minha mãe e minha vó cuidando da minha educação. Elas que me incentivaram a seguir

o caminho que preferisse com independência e senso de responsabilidade para com o meu entorno. Minha família é bastante politizada e acredito que a autocrítica tenha partido delas.

Fora isso tenho muitas autoras que fizeram seguir para essa carreira, como Rebecca Guay, J. K. Rowling, Stephanie Law e outras ilustradoras e quadrinistas que admiro muito.

DEPOIMENTO 3 – Carol Rossetti; Projeto “Mulheres”.

1- Fale brevemente da sua experiência/trajetória artística.

Eu gosto de desenhar desde que me entendo por gente e sempre quis fazer um curso que me permitisse trabalhar com isso. Graduei-me em design gráfico em 2011 pela FUMEC, em BH, onde vivi minha vida inteira. Continuei com uma série de projetos pessoais para criar um portfólio de ilustração, e o Mulheres foi um desses projetos. Embora despretensioso, ele teve uma repercussão muito grande e positiva, e acabou abrindo espaço para várias oportunidades na minha carreira, como o lançamento do livro, participação em eventos, etc.

2- Como a arte influencia sua vivência enquanto mulher?

Bom, a arte é muito parte da minha vida, e está ligada ao meu gênero da mesma forma que se conecta com todos os aspectos da minha identidade. É meu trabalho, meu ofício, minha forma de expressão, é o que eu passo a maior parte do tempo fazendo.

3- Como sua vivência enquanto mulher influencia na sua produção artística?

Eu tenho alguns projetos com temática feminista, e claro que uma série de experiências minhas serviram como inspiração e necessidade de expressão para tudo o que eu faço. Somos um caleidoscópio de experiências e referências que acumulamos ao longo de nossas vidas, e claro que tudo isso se traduz no que eu crio.

4- Você já produziu arte motivada pela temática de violência contra a mulher? Comente essa experiência.

Sim, inclusive fiz uma cartilha pelo enfrentamento da violência doméstica em parceria com a ONU Mulheres e alguns órgãos públicos do DF. Foi uma experiência riquíssima

que gerou um trabalho muito importante sobre o tema, e está disponível no meu site: <http://www.carolrossetti.com.br/#!vamos-conversar/f506t>

5- De que forma você acredita que sua produção artística pode impactar na vida de outras mulheres?

Espero que meu trabalho toque mulheres de várias formas, tanto pela questão do feminismo, da união feminina, da identificação, da representatividade e da luta por direitos humanos quanto pela expressividade, que ocorre mesmo em projetos sem um viés explicitamente feminista. Espero que meu trabalho inspire outras mulheres a se expressarem e encontrarem sua própria forma de lutar por um mundo melhor, seja através da arte ou não.

6- Fale brevemente sobre as mulheres que influenciam e inspiram a sua vivência enquanto mulher e/ou artista.

As mulheres que mais me inspiram são, provavelmente, minha mãe e minhas avós. Elas vêm me ensinando muito desde o começo e são verdadeiros exemplos de força e resistência. Existem também muitos artistas que foram excelentes referências para a criação deste projeto. A primeira que sempre me vem à mente é Amanda Palmer, que faz um trabalho musical e performático incrível. Tem também colegas artistas que me apoiaram muito, como Aline Lemos, Samie Carvalho, as ZiNas... Mas o que me levou de fato para o feminismo foram vários blogs brasileiros, como Blogueiras Negras e Feminista Cansada. Estes blogs, aliados as minhas próprias vivências e observações me levaram a tomar uma atitude mais direta na luta feminista.

DEPOIMENTO 4 – Projeto “Representativid’arte”

1- Fale brevemente da sua experiência/trajetória artística.

Quando comecei o projeto eu não tinha nem noção de que na verdade era um projeto; eu participava de um grupo só para mulheres gordas onde tínhamos um tópico onde postávamos nossas "selfies" e "nudes" para empoderar umas as outras. Comecei a desenhar as fotos das minhas amigas simplesmente para presentear-las, mas não pretendia levar como carreira artística. Realmente não era a minha intenção, mas as meninas começaram a me motivar a criar uma página e foi assim que nasceu o Representativid'arte.

2- Como a arte influencia sua vivência enquanto mulher?

Eu sempre fui muito artística desde a infância. Gostava muito de ver todos os tipos de filme, ouvir músicas diversas, desenhar, pintar, costurar... Então acho que minha personalidade foi muito bem moldada pela arte. O ruim foi que por muitos anos eu me inspirei em artistas homens pela falta de representação das mulheres na arte e como artistas, mas depois de adolescente e de entrar em contato com o feminismo comecei a me inspirar muito mais em mulheres artistas assim como eu.

3- Como sua vivência enquanto mulher influencia na sua produção artística?

Como o meu projeto é representar mulheres fora do padrão e, em sua maioria, mulheres gordas, minha vivência me influencia completamente, pois também sou uma mulher gorda. Analisando os grandes trabalhos de artes que se destacam no mundo todo, a maioria das mulheres são mulheres brancas e magras. Por esse motivo eu comecei o Representativid'arte, para representar na arte as mulheres que nunca são pintadas ou desenhadas, também para desmitificar que as mulheres gordas não são lindas nuas. Somos todas Deusas.

**4- Você já produziu arte motivada pela temática de violência contra a mulher?
Comente essa experiência.**

Acho que a minha arte tem sim a ver com a temática da violência contra a mulher, só que mais indiretamente. A violência da gordofobia e violência estética em geral, que milhares de mulheres sofrem diariamente, sendo excluídas de rodas de amigos, de empregos, da sociedade. Então retrato as mulheres que não seguem o padrão estipulado pela mídia para que elas vejam os desenhos, se identifiquem, vejam como aquelas mulheres desenhadas são lindas e assim espero dar mais coragem e auto-estima para elas.

5- De que forma você acredita que sua produção artística pode impactar na vida de outras mulheres?

Quando uma mulher olha minha arte e se identifica com o que está retratado ali, sinto que posso mudar nem que seja apenas um pouco sua auto estima e a reflexão de que ela é bonita do jeito que é.

6- Fale brevemente sobre as mulheres que influenciam e inspiram a sua vivência enquanto mulher e/ou artista.

Todas as mulheres fortes da minha família me inspiram, principalmente minha mãe. Apesar de ela sempre ter sido esteticamente uma mulher padrão, ela nunca teve um comportamento feminino padrão. Sei que puxei isso dela pois nunca me sujeitei aos padrões "femininos" de gênero e ela nunca me obrigou a ser de jeito X ou Y para agradar outros parentes e/ou amigos. Me inspiro também em diversas artistas mulheres: Na arte gosto muito da Te Desenhei (Natália Gallani), Joleana (Juliana Coutinho), Savas (Isabela Savas), Extraterrestre (Ana Terra Fensterseifer), Unicornia (Júlia Alves), MARte (Marcela Pardo), Artch da Barata, Mariah Ferreira, Ana só Ana, Negahamburger, Samgr3 (Mariana Vieira), entre muitas outras.